

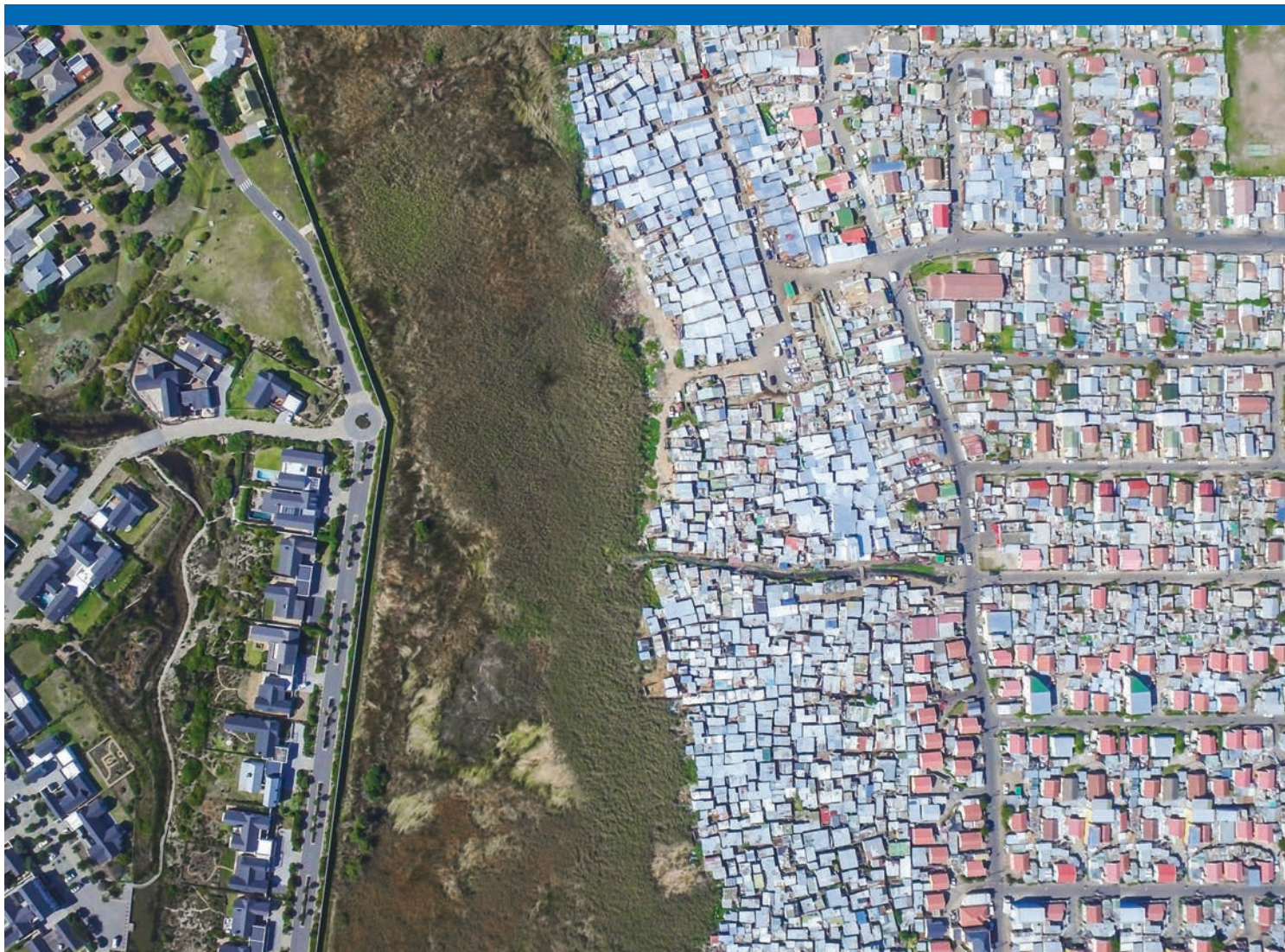
# Tendências da desigualdade de rendimentos na África subsariana:

Divergências, determinantes e consequências

**Visão geral**



Empoderando vidas.  
Fortalecendo nações.



Editado por

Ayodele Odusola, Giovanni Andrea Cornia, Haroon Bhorat e Pedro Conceição

Copyright © 2017 Escritório Regional do Programa das Nações  
Unidas de Desenvolvimento para a África  
UN Plaza, Nova Iorque, NY 10017, EUA  
africa.undp.org



Projetado e impresso:  
Impresso em papel certificado FSC™ e com tintas à base de vegetais.  
O material impresso é reciclável.

Capa: vista aérea da comunidade fechada de Lake Michelle (à esquerda) que fica localizada nos arredores da Cidade do Cabo, África do Sul, e diretamente adjacente ao município de Masiphumelele (à direita).

Fotografia de Johnny Miller



# Tendências da desigualdade de rendimentos na África subsariana:

Divergências, determinantes e consequências

**Visão geral**



*Empoderando vidas.  
Fortalecendo nações.*

Editado por  
Ayodele Odusola, Giovanni Andrea Cornia, Haroon Borhat e Pedro Conceição



## Prefácio

Em setembro de 2015, a adoção da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030 e dos seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) atraiu uma atenção considerável para a desigualdade de rendimentos na África subsariana. Para alcançar o objetivo de “não deixar ninguém para trás” até 2030, o Escritório Regional do PNUD África está fortemente ciente de que os níveis, as tendências, os determinantes e as consequências da desigualdade na região devem ser documentados adequadamente. O PNUD considera que a Agenda de 2030 é uma iniciativa integrada e indivisível. Devemos todos compreender que, ao resolver o problema da equidade, acelera-se o progresso no sentido da concretização dos ODS. Este livro explora essas questões de forma sistemática e destaca as lições relevantes que podem ajudar a reduzir a desigualdade na África subsariana. Para superar os problemas causados pela escassez e pela inconsistência dos dados sobre a desigualdade, este livro também cria um Conjunto de Dados Integrados sobre Desigualdade para a África subsariana (IDD-SSA).

Embora o coeficiente de Gini médio não ponderado para a África subsariana tenha diminuído 3,4 pontos percentuais entre 1991 e 2011, a região continua a ser uma das mais desiguais do mundo. De facto, 10 dos 19 países mais desiguais do mundo situam-se na África subsariana e sete países africanos periféricos estão a conduzir essa desigualdade. Entre 1991 e 2011, uma clara bifurcação das tendências da desigualdade esteve presente em todos os países da região. Além disso, 17 países (economias predominantemente agrícolas da África Ocidental e de outras regiões) mostraram um declínio na desigualdade, enquanto que 12 países, predominantemente na África Central e no Sul de África, que são economias caracterizadas por um importante setor de petróleo e mineração, registaram um aumento da desigualdade.

Os vetores estruturais básicos da desigualdade podem ser divididos em três grupos: i) uma estrutura **económica altamente dualista**, com o emprego limitado da elite trabalhadora no governo, em empresas multinacionais e no setor extrativo, enquanto a maioria da mão-de-obra recebe rendimentos muito mais baixos no setor informal ou de subsistência; ii) alta concentração de **capital físico, capital humano e terras**, especialmente nas economias do Sul de África e da África Oriental, em certos grupos ou regiões; iii) uma **capacidade distributiva limitada do Estado**, que normalmente se manifesta na “maldição dos recursos naturais”, na parcialidade urbana das políticas públicas e em desigualdades étnicas e de género. A desigualdade em geral aumenta quando o crescimento ocorre em setores caracterizados por uma elevada concentração de bens, por uma alta absorção de capital e pelo uso intensivo de mão-de-obra qualificada, por exemplo, nos setores de mineração, finanças, seguros e imóveis e no setor público. Por outro lado, a desigualdade diminui ou permanece estável quando ocorre crescimento com uso intensivo de mão-de-obra no setor industrial, agrícola e na construção.

Este livro considera a desigualdade como um subproduto de impostos regressivos, estruturas salariais insensíveis e investimentos insuficientes na educação, saúde e proteção social para os grupos vulneráveis e marginalizados. De facto, o impacto distributivo das políticas fiscais da região foi erodido, sendo que 29 dos 47 países onde os dados estão disponíveis mostraram um declínio na eficácia distributiva das suas políticas fiscais. Embora os subsídios e as transferências sejam, na sua maior parte, equalizadores, a regressividade fiscal induzida pela desigualdade é um fenómeno comum, onde a maioria dos países com uma proporção entre rendimento e PIB de 20% ou superior possui um coeficiente de Gini de 0,5 ou superior.



Este livro estabelece, de forma sucinta, os fatores que induzem igualdade e desigualdade. Os principais fatores equalizadores incluem: i) uma melhor distribuição do capital humano (particularmente no ensino secundário), que tem sido considerada como um incentivo para que as autoridades estatais usem a sua oferta aumentada para construir uma sociedade mais justa; ii) uma maior tributação direta e uma administração tributária mais eficiente, bem como maiores despesas sociais bem orientadas, que reduzem a desigualdade; iii) uma maior produtividade no setor agrícola, que é um fator importante na redistribuição da mão-de-obra para outros setores da economia e tem ajudado a reduzir a pobreza rural, as lacunas da pobreza rural e a desigualdade; iv) um processo de transformação estrutural, que é dependente da trajetória. As atuais capacidades produtivas de um país incorporadas na sua estrutura de exportação influenciam até que ponto esse país pode alcançar uma atividade industrial mais significativa.

Os fatores de desigualdade mais críticos incluem: i) um aumento dos investimentos estrangeiros diretos nas indústrias extrativas e dos termos de comércio em países ricos em recursos naturais, que polarizaram as disparidades de rendimentos; ii) uma transição estrutural económica de qualidade inferior de uma agricultura de culturas de baixa desigualdade para setores tipicamente de alta desigualdade, como a produção pecuária, o comércio, o transporte e os serviços formais e informais em áreas urbanas e rurais, que leva à desigualdade em vários países; iii) uma distribuição desigual das infraestruturas socioeconómicas e físicas (por exemplo, estradas, eletricidade, escolas, hospitais, água e saneamento) entre zonas rurais e urbanas e entre todas as regiões, que leva a disparidades de rendimentos.

Este livro revela questões que exigem mais investigação e uma atenção prioritária. Em primeiro lugar, não existe nenhuma ligação

clara entre a dependência de recursos naturais e a desigualdade. Há, no entanto, características específicas do crescimento resultante dos recursos que apresentam riscos óbvios de desigualdade, tais como os riscos de fugas ilícitas e de enfraquecimento das instituições de governação que podem levar a um caso clássico de “maldição dos recursos”. Em segundo lugar, a África está atrás de outras regiões do mundo no que se refere à transição demográfica. Embora a relação entre as variáveis de população e taxa de pobreza seja positiva, a relação entre o crescimento populacional e a redução da desigualdade gera um quebra-cabeças. A maioria dos países com uma taxa de fertilidade de seis filhos por mulher está associada a um baixo coeficiente de Gini (inferior a 0,44), enquanto a maioria dos países classificados como avançados na transição demográfica tem coeficientes de Gini de 0,54 e superior. Em terceiro lugar, a intensidade da pobreza multidimensional tende a gerar conflitos, apesar de, ao contrário das expectativas, a relação entre conflitos e desigualdade ser negativa. Por exemplo, a maioria dos países com uma proporção de pobreza superior a 60% sofrem intensos conflitos (por exemplo, Burundi, República Centro-Africana e República Democrática do Congo), enquanto os países com o maior nível de desigualdade (por exemplo, Botsuana, África do Sul e Namíbia) são categorizados como países não propensos a conflitos. Essa constatação remete às palavras do famoso cientista político britânico, Harold Laski, que escreveu “um Estado dividido entre um pequeno número de ricos e um grande número de pobres irá sempre desenvolver um governo manipulado pelos ricos para proteger as suas amenidades, representadas pela sua propriedade”.

Os determinantes da desigualdade de rendimentos na África subsariana são multidimensionais e complexos. Não há nenhuma solução única para resolver esse





problema, sendo necessárias várias respostas. Por exemplo, este livro inovador demonstra que a educação é uma peça-chave para a mobilidade social, mas não é capaz de gerar a quantidade de postos de trabalho necessários para enfrentar a “bomba-relógio” do contingente juvenil, sem a presença de instituições e reformas económicas robustas que deem prioridade à modernização agrícola, às cadeias de valor nacionais e regionais e à industrialização. A distribuição desigual dos recursos nacionais é um fator importante da desigualdade em África. A este respeito, a opinião expressada por Nelson Mandela no seu discurso à nação em 1996 é pertinente: “Devemos trabalhar juntos para assegurar a distribuição equitativa da riqueza, das oportunidades e do poder na nossa sociedade”. A promoção de uma taxa progressiva, uma solução para o acesso desigual às terras e o aumento da eficiência da proteção social e da eficácia distributiva das políticas fiscais são vitais para lidar com as disparidades de rendimentos em África.

Este livro também trouxe à tona a relevância da conclusão de Franklin D. Roosevelt sobre o papel do Estado para enfrentar a desigualdade: “A medida do nosso progresso não é se adicionamos mais à abundância daqueles que têm muito, mas se oferecemos o suficiente àqueles que têm pouco”. Quando a prosperidade é gerada por meio do mercado, as comunidades difíceis de alcançar, os grupos excluídos e os indivíduos marginalizados não beneficiam do processo de crescimento. Garantir que esses grupos beneficiem do processo é vital para promover a equidade. Expandir e focalizar os mecanismos igualadores de proteção social é uma ferramenta poderosa para alcançar o objetivo de Roosevelt de proporcionar o suficiente àqueles que têm muito pouco. Uma importante solução para o problema da equidade é a igualdade de tratamento entre os “desiguais”. A desigualdade de tratamento entre as regiões, bem como entre

as zonas urbanas e rurais, é uma das causas da tendência crescente de pobreza e desigualdade regional e espacial. A igualdade de tratamento entre os “desiguais” promove a prosperidade, a paz e o desenvolvimento sustentado.

Lições aprendidas na África subsariana mostram que as políticas que ajudam a reduzir a pobreza não são necessariamente as mesmas que ajudam a reduzir a desigualdade de rendimentos. Por exemplo, uma educação de qualidade e o aumento da produtividade são ferramentas potentes para a redução da pobreza, contudo, se não forem acompanhados por uma tributação progressiva e uma proteção social bem orientada, esses fatores podem acelerar as disparidades de rendimentos. Promover políticas complementares que ajudem a lidar com a desigualdade de rendimentos e a pobreza são vitais para transformar as atuais tendências divergentes de desigualdade em tendências convergentes de queda da desigualdade em todas as regiões. Os aspetos a seguir são fundamentais para lidar com as disparidades de rendimentos: acompanhar a transição demográfica com uma forte proteção social, adotar políticas macroeconómicas para reverter a desindustrialização emergente e aumentar a produtividade do setor informal. Para assegurar que a conceção de políticas seja cada vez mais baseada em factos comprovados, os governos africanos e as agências internacionais devem investir fortemente na recolha de dados atualizados sobre a desigualdade, incluindo dados da desigualdade desagregados por género, etnia e região.

A desigualdade extrema é prejudicial ao crescimento e ao desenvolvimento, assim como à paz e à segurança. Para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os governos, os atores do setor privado, as organizações da sociedade civil e os parceiros de desenvolvimento devem concentrar-se urgentemente na redução





---

da pobreza e das disparidades de rendimentos de maneira simultânea.

Gostaria de concluir com uma citação do antigo Presidente Mandela:

*“Enquanto a pobreza, a injustiça e a desigualdade bruta persistirem no nosso mundo, nenhum de nós pode realmente descansar.”*

**Abdoulaye Mar Dieye**

Administrador Adjunto e Diretor do Escritório Regional do PNUD para a África

## Agradecimentos

O livro *Tendências da desigualdade de rendimentos na África subsariana: divergências, determinantes e consequências* foi escrito por especialistas internos e externos do PNUD África. O livro contou com a orientação global e estratégica de Abdoulaye Mar Dieye, diretor do Escritório Regional do PNUD para a África (RBA). São devidamente reconhecidas a orientação corporativa de Selim Jahan, diretor do Escritório de Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD e a orientação administrativa de Ruby Sandhu-Rojon, diretora adjunta do RBA. Todo o processo de compilação e a edição técnica geral foram coordenados por Ayodele Odusola, economista-chefe e diretor da Equipe de Estratégia e Análise do PNUD África.

Agradecemos especialmente a Pedro Conceição pela iniciativa deste projeto. Os nossos agradecimentos sinceros aos quatro editores (Ayodele Odusola, Giovanni Andrea Cornia, Haroon Bhorat e Pedro Conceição) pela sua análise aprofundada e voltada para as políticas. As contribuições dos autores dos vários capítulos também são gratamente reconhecidas, pois confirmam a precisão e o rigor analítico do livro. Também é reconhecido o trabalho árduo e o compromisso dos outros membros da Equipe do Projeto de Desigualdade: Angela Lusigi, Eunice Kamwendo, Yechi Bekele, Jonas Mantey, James Neuhaus, Sallem Berhane e Ahmadou Mboup. Agradecimentos especiais a James Neuhaus pela realização das mais variadas tarefas e pelo seu papel incansável na elaboração deste livro.

As revisões analíticas e as conclusões que realçam a qualidade dos vários capítulos do livro foram elaboradas por vários economistas do PNUD África (economistas nacionais e internacionais dos escritórios nacionais do PNUD), e as suas

contribuições são muito apreciadas. O livro contou com o trabalho de Lamine Bal, Sandra Macharia, Feriel Zemzoum e Rebecca Moudio, que transformaram as principais mensagens do livro em produtos de comunicação, e dos estudantes da classe de 2017 de Visualização de Dados da New School em Nova Iorque, que trabalharam na visualização dos dados.

Contribuíram substancialmente para a qualidade do livro: as ideias de valor inestimável que foram reunidas durante a sessão interativa com colegas da região africana do Banco Mundial em Washington, D.C., em abril de 2015; os seminários do RBA dedicados ao projeto de desigualdade em 2015 e 2016, em Nova Iorque; as sessões interativas realizadas com colegas do PNUD (incluindo Abdoulaye Mar Dieye, Selim Jahan, Nik Sekhran e economistas do RBA) durante a Conferência de 30.º aniversário do Instituto Mundial de Pesquisa de Desenvolvimento da Universidade das Nações Unidas (UNU-WIDER), em setembro de 2015; e a Conferência Económica Africana em Quinxassa, em dezembro de 2015.

A dedicação e o trabalho árduo da editora-chefe, Barbara Hall, contribuíram para a clareza e a legibilidade do livro. A edição e a revisão complementar de Leah Brumer, Susan G. Greenblatt e Sarah Marriott também são aqui reconhecidas. O livro foi traduzido do inglês para o francês pelo grupo Solten, editado por Adla Kosseim, Enganobel Armand Poquelin, Julie Perry e Fola Yahaya (Agenda Estratégica) e impresso pela GSB Digital. Agradecimentos a Jennifer Bergamini (Alamini Creative Group), pelo projeto do livro principal, e a Lillan Munch (Phoenix Design Aid), pela formatação da visão geral.





# Índice

---

Prefácio	ii
Agradecimentos	vi

---

Introdução e motivação	1
Desigualdade e progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na África subsariana	4
Abordagens metodológicas	7
Resumo das principais conclusões	9
Recomendações e questões que exigem maior atenção	32
Bibliografia	36
Anexo 1: índice do livro	38
Anexo 2: siglas e abreviações	43





**Historicamente, a questão da desigualdade na África subsariana tem recebido uma atenção limitada em termos de investigação, políticas e do ponto de vista político.**

## Introdução e motivação

A África subsariana registou um notável desempenho económico nos primeiros anos deste século. Essa tendência económica tão encorajadora, que inverteu a estagnação ou o declínio dos 25 anos anteriores, foi acompanhada por uma queda perceptível, modesta, mas desigual na pobreza total, além de uma variação considerável entre os países em termos do poder que esse crescimento teve em reduzir a pobreza. Isso é refletido e parcialmente impulsionado pela variação dos níveis e das tendências da desigualdade entre os países africanos. Uma documentação adequada dos níveis de desigualdade na região é, portanto, essencial para entender melhor a taxa lenta e variável do declínio da redução da pobreza na região. Para tal, este livro, que é o resultado de um estudo abrangente sobre a desigualdade de rendimentos na África subsariana, documenta as condições iniciais e as mudanças na desigualdade de rendimentos que aconteceram na região desde o começo da década de 1990. O livro propõe hipóteses para explicar essa experiência e destaca lições importantes que podem acelerar a redução das disparidades de rendimentos.

Este livro é oportuno e necessário há muito tempo. De facto, com raras exceções (Anyanwu Erhijakpor e Obi, 2016), como no caso do debate típico sobre a “lacuna de rendimentos entre as zonas rurais e urbanas”, a questão da desigualdade na África subsariana tem, historicamente, recebido uma atenção limitada em termos da investigação, das políticas e do ponto de vista político. Como em outros lugares, nas primeiras décadas após

a independência, a política predominante era modernizar a economia e crescer, enquanto que nas décadas de 1980 e 1990, o foco passou para a gestão da dívida externa e para a estabilização da macroeconomia. Mais recentemente, com a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) em 2000, a prioridade foi deslocada para a redução da pobreza e para a concretização dos ODM predominantemente sociais. Além disso, em setembro de 2015, a redução da pobreza e da desigualdade tornou-se o objetivo global da Agenda de 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Contudo, o interesse na distribuição de rendimentos e de bens aumentou gradualmente ao longo dos anos 2000, incluindo em África, devido a uma série de fatores. O que explica essa mudança de foco tanto na investigação como na elaboração das políticas? Em primeiro lugar, a própria tendência de desigualdade crescente mereceu atenção especial. A liberalização do mercado interno e externo nas décadas de 1980 e 1990 levou, em vários casos, a um aumento da desigualdade. Isso agravou a polarização de rendimentos que várias economias africanas haviam herdado com a independência.

Em segundo lugar, um número crescente de referências teóricas e empíricas documentou os efeitos nocivos de uma desigualdade elevada e/ou crescente para o crescimento a longo prazo (por exemplo, Voitchovsky, 2011; FMI, 2014); para a elasticidade do crescimento económico face à redução da pobreza (por exemplo, UNU-WIDER, 2011; Berardi e Marzo, 2015) e para a estabilidade política e a prevenção da violência e de conflitos (por exemplo, Stewart, 2010). Além disso, quando uma elevada desigualdade de

## **A África subsariana enfrenta um grande desafio de redução da incidência da pobreza, pois o crescimento normalmente ocorre em setores caracterizados por uma baixa absorção de mão-de-obra desqualificada, por salários altos desiguais e por um capital social excessivamente elevado.**

rendimentos é perpetuada de geração em geração, ela impede um acesso equitativo a bens, à educação e a oportunidades para as pessoas de baixo rendimento e de grupos étnicos marginalizados. Portanto, na ausência de reformas vigorosas, a mobilidade entre gerações nos grupos excluídos e marginalizados é gravemente limitada, tornando-se assim a “pedra de toque” de conflitos e tensões internas no país. A persistência de um rápido crescimento populacional e o facto de que a África, em média, só agora estar a entrar na sua transição demográfica também são fatores que podem ajudar a explicar, muito mais do que no passado, a dinâmica das disparidades de rendimentos da região.

Em terceiro lugar, a difusão gradual da democracia na maior parte da região tem gerado esperanças de uma maior redistribuição e do fornecimento mais amplo de “bens públicos”, em vez dos “bens de clientelismo” típicos dos países anteriormente não democráticos e etnicamente divididos da região (Gymah-Brempong, 2002).

Em quarto lugar, mudanças no debate acerca do desenvolvimento internacional aumentaram a atenção sobre a desigualdade. Isso é mais notável quando comparamos as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) com a Agenda de 2030 de Desenvolvimento Sustentável (também conhecida como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), que faz várias referências à inclusão e à equidade e traz metas explícitas ligadas à distribuição dos rendimentos. Isso, de facto, abriu as portas para um maior escrutínio das políticas sobre o nexo entre desigualdade, crescimento e pobreza. Em

particular, como demonstrado, nomeadamente, por Bourguignon (2003), a elasticidade do crescimento económico face à redução da pobreza está intimamente ligada ao grau inicial de pobreza e às suas mudanças ao longo do tempo. Conforme demonstrado nos capítulos 2, 3 e 14 do livro principal, a África subsariana enfrenta um grande desafio de redução da incidência da pobreza, pois o crescimento normalmente ocorre em setores caracterizados por uma baixa absorção de mão-de-obra desqualificada, por salários altos desiguais e por um capital social excessivamente elevado. Assim, um crescimento equitativo e inclusivo não é apenas desejável por si só, mas também tem um forte valor instrumental, já que a redução da desigualdade mostra ter um efeito positivo no crescimento, na redução da pobreza e na concretização de vários objetivos sociais.

Em quinto lugar, a rápida expansão das bases de dados sobre medidas de desigualdade, tais como Inquéritos sobre o Orçamento Familiar, Inquéritos de Estudo de Medição de Padrões de Vida, Inquéritos Demográficos e de Saúde e Inquéritos de Indicadores Múltiplos, bem como o desenvolvimento de bases de dados internacionais sobre a desigualdade de rendimentos, fizeram com que a análise dos seus níveis, tendências e determinantes fossem mais viáveis do que no passado. No entanto, de maneira significativa, a contínua disponibilidade limitada de dados sobre a desigualdade (e marcadores socioeconómicos relacionados) na região exige maiores esforços para gerar e compilar dados. Além disso, as análises recentes da desigualdade de saúde e educação nos relatórios de desenvolvimento humano do PNUD<sup>1</sup>, que tratam da distribuição

<sup>1</sup> Consultar os Relatórios de Desenvolvimento Humano do PNUD desde 2010 para consultar o Índice de Pobreza Multinacional e o Índice de Desenvolvimento Humano ajustado segundo a desigualdade.

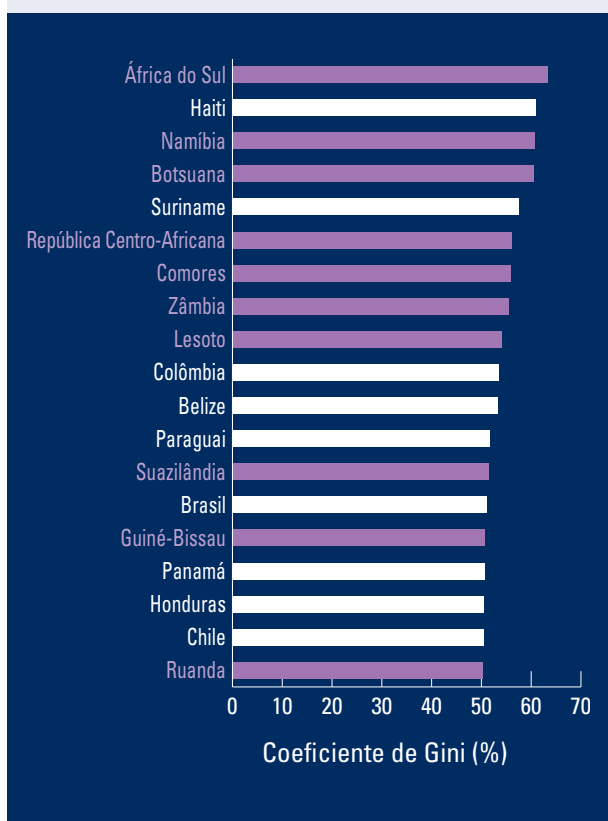
**O nível e as fontes da desigualdade na África subsariana são altamente heterogêneos devido a fatores históricos, à dotação de fatores e a abordagens políticas.**

da riqueza (Davies e Shorrocks, 2005) e das tendências dos salários mais altos<sup>2</sup>, permitem que os investigadores entendam melhor a interação entre a desigualdade de riqueza, os rendimentos, a educação e a saúde e, conseqüentemente, os vetores das conquistas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Por último, conforme o documentado em vários capítulos do livro principal, o nível e as fontes da desigualdade na África subsariana são altamente heterogêneos devido a fatores históricos, à dotação de fatores e a abordagens políticas. As tendências da desigualdade entre 1991 e 2011 também variaram substancialmente (ver abaixo). Não nos podemos basear em apenas um ou dois estudos de caso prototípicos para explicar a diversidade de fatores e políticas que fundamentam as tendências económicas e sociais da região. É necessária uma análise abrangente dos níveis, tendências e fatores setoriais e sociais que explicam esse fenómeno e, possivelmente, o seu impacto. Este é o objetivo ambicioso deste livro inovador.

O livro principal é dividido em cinco partes. A Parte 1 examina as tendências da desigualdade e as suas interações com a pobreza e o crescimento, enquanto a Parte 2 analisa os desafios e as principais questões nos setores-chave e o seu impacto na desigualdade. Estudos de caso nacionais focados nos vetores da desigualdade

**Dez dos 19 países mais desiguais do mundo situam-se em África**



de rendimentos em países como Burquina Faso, Etiópia, Gana, Maláui e Tanzânia são examinados na Parte 3. A Parte 4 fornece medidas e uma investigação econométrica dos determinantes da desigualdade e a Parte 5 apresenta considerações políticas e conclusões.

Esta é a visão geral do livro.

<sup>2</sup> Consultar a Base de Dados de Rendimentos e Riqueza Mundiais, <http://topincomes.g-mond.parisschoolofeconomics.eu/>

**Alcançar o objetivo de não deixar ninguém para trás implica a compreensão e a abordagem da “última etapa” da exclusão, por meio de um conhecimento mais aprofundado das forças que fazem com que as pessoas caiam na pobreza e permaneçam nessas circunstâncias.**

## **Desigualdade e progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na África subsariana**

A publicação deste livro é particularmente oportuna, uma vez que uma análise mais detalhada e aprofundada da desigualdade e das suas tendências na África subsariana é fundamentalmente importante para concretizar os ODS nos próximos 15 anos. De facto, uma maior compreensão dos vetores e determinantes da desigualdade na região continua a ser essencial para a redução dos seus altos níveis atuais, particularmente, no que diz respeito à concretização dos vários indicadores estabelecidos no ODS 10 sobre redução das desigualdades. No entanto, como argumentamos acima, níveis elevados ou crescentes de desigualdade dentro de uma economia afetam a conquista de outros ODS. De facto, a Agenda de 2030 é integrada e indivisível, sendo portanto mais útil pensar no objetivo de enfrentar a questão da desigualdade elevada ou crescente não como um ODS específico, mas sim como um acelerador geral das aspirações da Agenda de 2030.

Não faz parte do âmbito deste livro estabelecer um caso abrangente para defender a abordagem da desigualdade como uma forma de acelerar o progresso em todos os ODS. Na verdade, isso é difícil de estabelecer em termos abstratos e gerais e seria necessário analisar dentro dos contextos específicos de cada país. Uma vez que as ligações entre a distribuição de rendimentos e bens e os ODS também são dinâmicas, essas relações terão de ser reexaminadas ao longo do tempo. No

entanto, para ilustrar esse raciocínio, dois exemplos são apresentados nesta secção.

O primeiro diz respeito à desigualdade e ao cumprimento do objetivo da Agenda de 2030 de “não deixar ninguém para trás” e dar prioridade ao alcance dos que estão mais para trás (40% da população). Isso representa uma mudança clara e radical dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), cujo objetivo era reduzir para metade a taxa de pobreza extrema. Embora muitos países, tanto a nível mundial como individual, incluindo em África, tenham alcançado esse objetivo, milhões de pessoas ainda foram deixadas para trás. O conceito da “armadilha da pobreza” contribuiu para uma perspetiva analítica que foi muito influente durante os primeiros estágios dos ODM. Esse conceito foi considerado especialmente relevante em África (Sachs et al., 2004). As implicações políticas derivadas dessa perspetiva levaram à recomendação de intervenções específicas em áreas que vão desde a produtividade agrícola até à saúde e à educação. Todas elas foram mapeadas em outros ODM e também ajudaram as pessoas a escapar da armadilha da pobreza.

Em certo sentido, toda a era dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio pode ser entendida como tendo sido enquadrada, mesmo que apenas implicitamente, nessa perspetiva. E a busca dos ODM estava em conformidade com o aumento dos investimentos em saúde, educação e outros setores sociais que melhoraram o bem-estar e reduziram a pobreza. Alcançar o objetivo de não deixar ninguém para trás implica a compreensão e a abordagem da “última etapa” da exclusão, por meio de um conhecimento mais aprofundado das forças que fazem com que as pessoas caiam na pobreza e permaneçam nessas circunstâncias. Formulações mais sofisticadas da “armadilha

Ultrapassar a “última etapa” da exclusão implica uma atenção aos determinantes profundamente enraizados da exclusão que são visíveis e refletidos em padrões persistentes de desigualdade na distribuição de bens e rendimentos.



da pobreza” são agora dinâmicas e estabelecem ligações com choques, vulnerabilidades e a capacidade de as famílias gerirem riscos (Santos e Barrett, 2016).

No entanto, ultrapassar a “última etapa” da exclusão também implica uma atenção aos determinantes altamente enraizados da exclusão

que são visíveis e estão refletidos em padrões persistentes de desigualdade na distribuição de bens e rendimentos. Por exemplo, está bem documentado que os padrões atuais de alocação de terras e os sistemas de posse da terra em África ainda refletem largamente os padrões de ocupação da terra dos tempos coloniais, ou seja, grandes proprietários de terra no Sul de

## A desigualdade prejudica a coesão social e a confiança. Pode gerar condições que desencadeiam o surto ou a recorrência de conflitos e violência.

África e na África Oriental continuam a excluir vastos segmentos da população (Lipton, 2009; PNUD, 2012). Uma desigualdade elevada e persistente interage, por meio de canais políticos e económicos, com decisões que impedem tanto o crescimento (Birdsall, 2006; Alesina e Rodrik, 1994; Perotti, 1996) como as políticas que procuram ultrapassar a “última etapa” da exclusão. Por exemplo, Rajan e Zingales (2006) explicam a persistência da pobreza como resultado da oposição das elites estabelecidas contra reformas e iniciativas de educação que beneficiam os mais pobres. Mesmo quando a economia política não é tão adversa, a desigualdade ainda pode interagir com outras características dos países em desenvolvimento que perpetuam a exclusão. Por exemplo, quando os mercados de capitais são subdesenvolvidos e imperfeitos, a distribuição de rendimentos desigual limita o acesso ao crédito, incluindo para investimentos em capital humano, e as famílias permanecem na pobreza (Banerjee e Newman, 1993; Galor e Zeira, 1993).

O segundo exemplo está relacionado com as interações entre desigualdade, coesão social e conflito. Na medida em que a violência e o conflito induzem choques de rendimentos que levam as pessoas ao deslocamento forçado ou à pobreza, existe uma ligação direta, conforme identificado por Stewart (2010), causada pela desigualdade horizontal. No entanto, a Agenda de 2030 incorpora aspirações para “sociedades pacíficas e inclusivas”, como refletido no ODS 16. Trabalhos recentes expandiram os vínculos entre desigualdade e coesão social, confiança e capital social (ver FMI, 2016) e, por sua vez, a relação entre capital social e bem-estar (ver Hamilton, Helliwell e Woolcock, 2016). Microestudos que analisam as intervenções em contextos pós-conflito que procuram aumentar a coesão social

### Sete destaques sobre a relação entre conflito e desigualdade em África

- 1 A maioria dos países com uma contagem de população pobre superior a 60% experimentou conflitos intensos.
- 2 A influência de uma governação mais democrática leva a sociedades mais pacíficas.
- 3 A polarização étnica e religiosa exerce um papel importante no desencadeamento de conflitos. Por exemplo, um aumento de 1% no índice de polarização religiosa pode aumentar a incidência de conflitos de 1,19 a 2,53%.
- 4 A medição dos conflitos importa para determinar o impacto da desigualdade. Conflitos medidos segundo o índice de morte *per capita* revelam o seu impacto, enquanto o conflito cumulativo e a intensidade do conflito não o revelam.
- 5 Contrariamente às expectativas, a desigualdade vertical não gera conflitos em África, mas a intensidade da desigualdade sim. Três dos países africanos mais estáveis possuem coeficiente de Gini superiores a 0,60 (Botsuana, Seicheles e África do Sul).
- 6 A pobreza multidimensional orienta as várias medidas de conflito em África.
- 7 É necessária mais investigação sobre a desigualdade de género dentro de grupos específicos e sobre os vetores de conflitos.

e a confiança também fornecem provas. Ensaios controlados aleatórios de intervenções, variando desde comissões de verdade e reconciliação até relatórios de desenvolvimento comunitários, mostram um aumento da coesão social em ambientes específicos (medida segundo a



**Os erros de medição que afetam a avaliação do nível de desigualdade de rendimentos e as suas tendências incluem diferenças nos pressupostos estatísticos e na conceção dos inquéritos, a subestimação dos rendimentos capitais, a subamostragem de indivíduos com os salários mais elevados, a omissão dos rendimentos obtidos no exterior e o impacto distributivo dos benefícios sociais.**

disposição em contribuir para bens públicos locais) (ver Casey, Glennerster e Miguel, 2016, Blattman, Jamison e Sheridan, 2015). Portanto, à medida que a desigualdade prejudica a coesão social e a confiança, aquela pode gerar condições que desencadeiam o surto ou a recorrência de conflitos e violência, conforme o descrito no capítulo 10 do livro principal.

## Abordagens metodológicas

Este livro contribui com uma exploração sistemática das mudanças em termos de desigualdade que aconteceram na região entre as décadas de 1990 e 2000. Dada a complexidade da questão, bem como a disponibilidade incompleta de dados, o livro adota abordagens analíticas complementares, incluindo estudos de casos nacionais, análises dos principais setores e áreas de políticas, decomposições micro-econômicas das mudanças de desigualdade nacional ao longo do tempo e regressões macro-econômicas. Também discute a desigualdade de rendimentos na região em termos gerais e, portanto, inclui análises do impacto indutor de desigualdade dos fatores não econômicos, tais como conflitos políticos, étnicos e interestaduais (capítulo 10), na região ao longo dos últimos 30 anos. Além disso, o capítulo 11 trata do impacto da desigualdade nas dimensões fora da questão dos rendimentos em termos de bem-estar, ou seja, no desenvolvimento humano.

O livro explora um exame sistemático das mudanças na desigualdade em vários países – Maláui, Etiópia, Burquina Faso, Gana e Tanzânia – que são caracterizados por diferentes estruturas econômicas, regimes políticos e tendências da

desigualdade. Comparar essas características-chave e as políticas seguidas por países que exibem tendências de desigualdade diferentes pode ajudar a desvendar as recentes divergências regionais em termos dos padrões de desigualdade. O livro também inclui uma análise de como as mudanças em setores e áreas-chave – agricultura, indústria, mineração, proteção social, política fiscal, redistribuição, desenvolvimento humano, crescimento populacional e conflito – afetaram a desigualdade. O papel da agricultura é examinado no capítulo 4, o impacto da dependência dos recursos naturais é analisado no capítulo 6, a relação entre políticas fiscais e disparidades de rendimentos é estudada no capítulo 7 e o impacto de um forte desenvolvimento liderado pela agricultura na Etiópia é o foco do capítulo 13. Vários capítulos transversais examinam as causas tradicionais da desigualdade na região, a interação entre crescimento, desigualdade e pobreza e uma análise macroeconômica abrangendo toda a economia de uma longa lista de determinantes responsáveis pelas mudanças na desigualdade observadas nos últimos 20 anos. Dada a fraca base informativa prevalente na região, o livro dá especial atenção à documentação estatística dos dados da desigualdade e determinantes da desigualdade das últimas três décadas. Isto é baseado no Conjunto de Dados Integrados sobre Desigualdade (IID-SSA) e numa base de dados de indicadores macroeconômicos. Estas duas bases de dados foram criadas especificamente para apoiar as análises quantitativas incluídas no livro. Dada a ênfase do livro nas análises empíricas, o capítulo 16 detalha os dados disponíveis sobre a desigualdade e a construção do conjunto de dados IID-SSA mencionado acima. Tendo em conta os problemas metodológicos encontrados na medição da desigualdade, este capítulo discute também as principais armadilhas de medição que afetam os

Os objetivos principais do livro são examinar as tendências, causas e consequências das desigualdades na região desde a década de 1990 e identificar as lições relevantes para ações políticas que ajudarão a alcançar a Agenda de 2030.

dados disponíveis e sugere maneiras de melhorar a base empírica de futuras análises da desigualdade na região.

Em termos da abordagem causal do livro em relação à análise das mudanças de desigualdade, vários capítulos distinguem entre as causas imediatas desses níveis e, em particular, as mudanças no período entre 1991 e 2011 e as suas causas subjacentes. Essas causas subjacentes são muitas vezes os principais determinantes das causas imediatas, enquanto que em alguns casos afetam diretamente a desigualdade. Na África subsariana, a análise dos determinantes imediatos primeiro realça as mudanças ao longo do tempo na desigualdade “entre setores” (devido a diferenças setoriais na intensidade de fatores de produção e heterogeneidades entre setores) e na desigualdade “dentro de cada setor” (com foco na cambiante concentração dos fatores de produção, tais como capital imobiliário, humano e físico dentro de cada setor). Em seguida, discute o papel dos fatores demográficos (taxas de crescimento e dependência populacional). Essas causas subjacentes da desigualdade, que são particularmente úteis para enquadrar políticas de resposta, geralmente incluem mudanças políticas exógenas (incluindo impostos e despesas sociais), mudanças



no ambiente económico global (termos de comércio, remessas e investimento externo direto) e impactos tecnológicos e na saúde. Por último, elas também incluem democracia e governação que afetam a eficiência e a equidade das políticas.

**As tendências da desigualdade mostraram uma clara bifurcação entre países. Por um lado, 17 países – nove economias predominantemente agrícolas da África Ocidental, assim como alguns países da África Oriental e de outras regiões – tiveram um declínio da desigualdade. Por outro lado, o Sul de África, a África Central e as economias caracterizadas por setores de petróleo e de mineração importantes tiveram um aumento da desigualdade.**

## Resumo das principais conclusões

Este livro é o resultado de um estudo detalhado sobre a desigualdade de rendimentos na África subsariana, conduzido pelo Escritório Regional para a África (RBA) do PNUD entre 2015 e 2016. Os principais objetivos do livro são examinar as tendências, as causas e as consequências das desigualdades na região, desde a década de 1990, e identificar as lições relevantes em termos de políticas que ajudarão a alcançar a Agenda de 2030. A apresentação das conclusões não é sequencial, pelo contrário, as Partes 2 e 4 são apresentadas em conjunto e posteriormente seguidas pelas Partes 3 e 5. Isto proporciona um entendimento mais claro da formatação e das conclusões.

No capítulo 2, Cornia resume as condições iniciais da desigualdade de rendimentos, ou seja, os principais vetores da desigualdade na África subsariana nas primeiras duas décadas antes da década de 1990. Tendo em conta a alta persistência da desigualdade e a respetiva natureza dependente da trajetória, essas condições iniciais devem ser entendidas claramente para que as evoluções mais recentes da desigualdade possam ser explicadas. Os vetores estruturais da linha de base da desigualdade discutidos no capítulo incluem a estrutura económica altamente dualista, com o emprego limitado de uma “elite de trabalhadores” na administração governamental, em empresas multinacionais e no setor de recursos naturais, enquanto a maioria das pessoas recebe receitas muito mais baixas nos setores informal e de subsistência. Esses vetores também incluem: uma alta concentração de capital físico e humano nas economias anfitriãs

do Sul de África e da África Oriental, uma alta concentração de terras, a “maldição dos recursos naturais”, a parcialidade urbana das políticas públicas, o papel redistributivo limitado do estado e as desigualdades étnicas e de género. Numa segunda etapa, o capítulo 2 analisa as mudanças que ocorreram no tocante à distribuição dos rendimentos familiares entre 1991 e 2011. Exceto em dois países, isso é representado pela distribuição do consumo médio por família *per capita*. Para superar os problemas resultantes da escassez e inconsistência dos dados sobre a desigualdade de consumo, o capítulo ilustra a construção do IID-SSA, que abrange 29 países africanos com pelo menos quatro pontos de dados de boa qualidade e bem espaçados entre 1991 e 2011. Esses países possuem 81,8% da população da região e uma proporção maior do seu PIB. Esse conjunto de dados foi desenvolvido explicitamente para apoiar a análise deste livro. Ele baseia-se e compara as principais bases de dados globais existentes sobre desigualdade, por exemplo, a WIIDv3 da WIDER, a POVCAL e a Base de Dados Internacional sobre a Distribuição de Rendimentos (I2D2) do Banco Mundial, os coeficientes de Gini de Milanovic e os dados provenientes de estudos académicos bem documentados. Os dados do SWIID foram deliberadamente excluídos da construção do IID-SSA. A base de dados do SWIID inclui mais pontos de dados e quatro países adicionais, mas esses dados são obtidos por meio de imputações estatísticas teóricas, opacas e arbitrárias que colocam em risco a geração de uma visão geral real da desigualdade na região (Jenkins, 2014).

Uma análise das tendências dos dados do IID-SSA mostra que o coeficiente de Gini regional médio não ponderado da desigualdade de consumo

**A maioria das nações com baixa desigualdade tiveram um declínio, enquanto as economias de desigualdade elevada passaram por um aumento da desigualdade ou ficaram estagnadas em níveis previamente altos.**

familiar *per capita* caiu modestamente entre 1991 e 2011. Mesmo assim, essa tendência agregada oculta mais do que revela, pois as tendências de desigualdade mostraram uma bifurcação clara entre os países. Por um lado, dezassete países (nove economias predominantemente agrícolas da África Ocidental, bem como algumas da África

Oriental e de outras regiões), que possuem 40% da população da região, passaram por um declínio da desigualdade, particularmente nos anos 2000. Por outro lado, o Sul de África e a África Central e as economias caracterizadas por setores de petróleo e de mineração importantes mostraram uma desigualdade crescente, particularmente

**Visão geral das principais mudanças na desigualdade de rendimentos na África subsariana desde o início da década de 1990**

**Causas tradicionais da desigualdade de rendimentos**

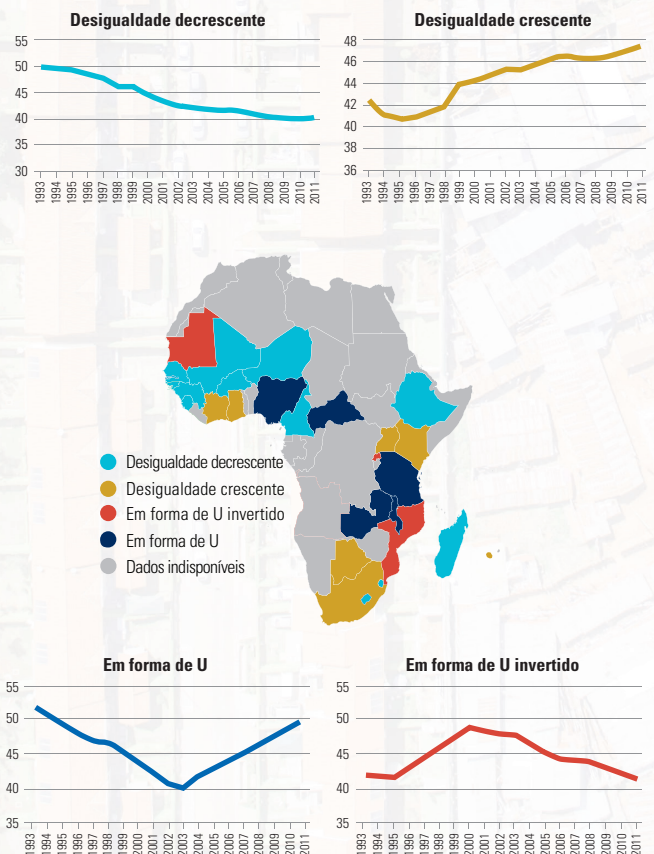
- Estrutura da produção
- Agricultura de pequenos e grandes proprietários
- Modernização rural, produção de alimentos e ameaças da mudança climática
- Expansão dos enclaves de mineração
- Setores urbanos formais e informais
- Políticas fiscais e transferências sociais
- Impacto da democratização na etnicidade e na desigualdade horizontal e vertical

**Fatores não tradicionais que afetam a desigualdade de rendimentos**

- Ganhos nos termos de comércio
- Remessas crescentes
- Fluxos de assistência, investimento estrangeiro direto e perdão da dívida
- Aceleração do crescimento, mas com uma baixa elasticidade do crescimento face à redução da pobreza

**Outros fatores**

- Declínio insignificante da taxa total de fertilidade e crescimento populacional estável
- Impacto distributivo do VIH/SIDA
- Choques técnicos, incluindo a existência de tecnologias de comunicação de baixo custo e altamente dissemináveis





### Uma subestimativa regional média de 2,0-3,0 pontos do coeficiente de Gini é o resultado do facto de que o rendimento proveniente de bens retidos no exterior foi ignorado.

com início por volta de 2003. De maneira geral, a maioria das nações com baixa desigualdade tiveram um declínio, enquanto as economias de desigualdade elevada passaram por um aumento da desigualdade ou ficaram estagnadas em níveis previamente altos. Consequentemente, embora a média não ponderada do coeficiente de Gini para a África subsariana tenha caído, o desvio padrão e o coeficiente de variação da distribuição do Gini entre os 29 países do IID-SSA subiu. Isso sugere que a heterogeneidade da desigualdade entre os países, originalmente ligada à posse da terra e ao usufruto dos recursos naturais, tornou-se mais aguda. Ponderar os coeficientes de Gini nacionais em relação ao tamanho da população não altera esse resultado.

Embora o IID-SSA inclua os dados de Gini mais cuidadosamente controlados e fidedignos, selecionados com base em protocolos explícitos entre os conjuntos de dados existentes sobre a desigualdade na África subsariana, eles ainda representam uma subestimativa do “verdadeiro Gini”, assim como é o caso do Gini de todos os outros conjuntos de dados. Isso é devido a problemas de medição que, apesar de não poderem ser resolvidos para toda a região imediatamente, devem ser reconhecidos durante o exame dos dados e na conclusão das suas implicações políticas. Uma documentação clara desses problemas de medição é ainda mais fundamental quando consideramos que a formulação de políticas apoia-se cada vez mais em provas nas últimas duas décadas. Para documentar esses tipos de problemas, no capítulo 15, Cornia e Martorano consideraram problemas referentes a dados enfrentados na medição da desigualdade de rendimentos e de consumo e sugerem possíveis correções que levarão a números mais precisos sobre a

desigualdade. Esses problemas, comuns a todas as regiões desenvolvidas e em desenvolvimento, mas que são particularmente agudos na região em questão, referem-se, sobretudo, à unidade de observação, ou seja, ao rendimento ou ao consumo familiar médio *per capita*. Esse conceito pressupõe, implicitamente, uma distribuição igualitária de rendimentos entre todos os membros da família. Essa suposição, que é amplamente utilizada, é enganosa em todos os países, já que o consumo e o rendimento de uma família são desigualmente distribuídos entre os seus membros, penalizando, principalmente, mulheres, crianças e idosos e favorecendo os homens adultos. Entretanto, essa polarização é especialmente relevante na África subsariana, onde, independentemente das provisões dos sistemas legais, a discriminação de género é aguda e endémica (PNUD, 2016).

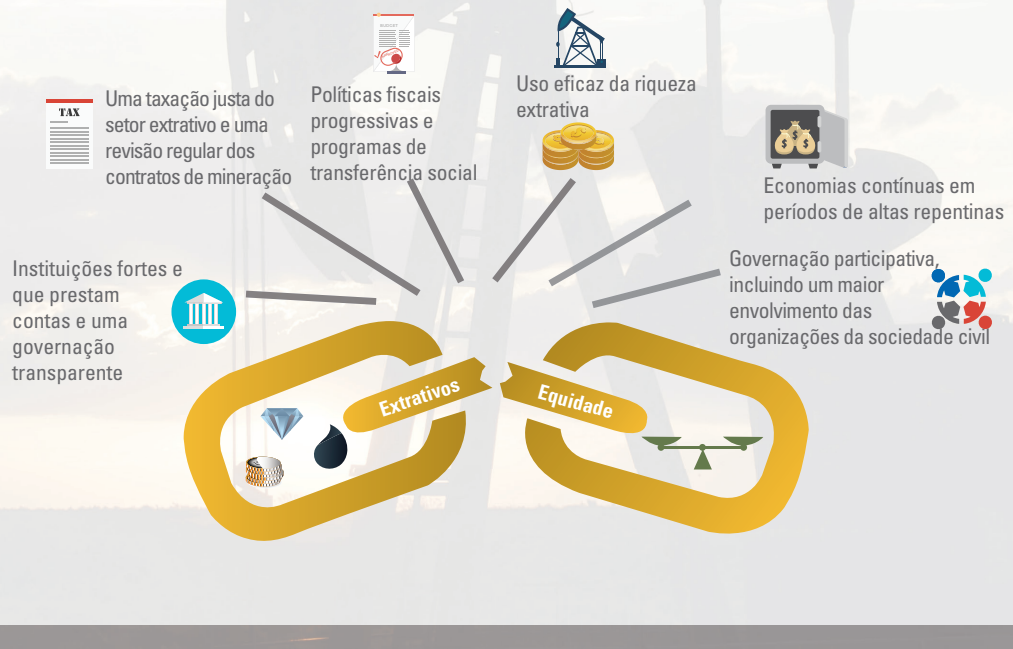
Outras parcialidades na medição da desigualdade identificadas no capítulo 15 incluem diferenças entre os países referentes à conceção dos inquéritos, às definições utilizadas, ao nível de desagregação, ao conceito de rendimento, ao momento de realização e tamanho dos inquéritos, ao período de recolha e às convenções de processamento de dados. Essas parcialidades tendem a reduzir a compatibilidade dos dados, que pode ser corrigida por uma harmonização posterior dos microdados dos inquéritos. Outros problemas envolvem a conhecida questão da subamostragem e subdivulgação dos salários mais altos. Essa parcialidade, em particular, pode ser resolvida por meio da combinação de dados provenientes dos Inquéritos sobre o Orçamento Familiar (HBS) com dados derivados das declarações de imposto, o que torna possível estimar a proporção de rendimento de um por cento da população com os maiores salários ou

## Em direção a uma estratégia para o setor extrativo baseada na igualdade

### Canais dependentes de recursos induzidos pela desigualdade



### Eliminação do elo entre extrativos e desigualdade



**Quando o crescimento ocorre em setores caracterizados por uma elevada concentração de bens e capital e pela intensidade do uso de mão-de-obra qualificada, a desigualdade em geral tende a crescer. Em contraste, a desigualdade cai ou permanece estável quando o crescimento ocorre nos setores industrial, agrícola e da construção, que fazem um uso intensivo de mão-de-obra (exceto onde a concentração da terra é muito alta).**

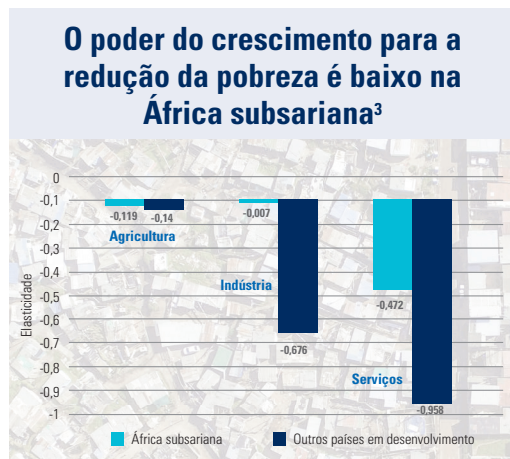
percentis similares. Três países adotaram essa abordagem e 14 outros países planeiam fazer o mesmo. É provável que essa informação se torne amplamente disponível em alguns anos. Estudos semelhantes demonstram que o verdadeiro Gini está subestimado entre 2,0 e 5,0 pontos, incluindo na África subsariana. Além disso, ignorar os rendimentos obtidos por meio de bens retidos no exterior (que são às vezes adquiridos ilegalmente) por cidadãos da África subsariana também contribui para a subestimação do Gini. Esse fenômeno é particularmente agudo em países com riqueza proveniente do petróleo e da mineração. O capítulo 15 estima uma subestimativa média regional de 2,0 a 3,0 pontos do coeficiente de Gini devido a esse fenômeno. Esse valor é substancialmente maior em países exportadores de petróleo. Outra parcialidade da medição refere-se ao impacto indutor de desigualdade dos grandes aumentos no Índice de Preços de Alimentos em relação ao Índice de Preços ao Consumidor (CPI), conforme o ocorrido durante a crise alimentar do final da década de 2000 e no começo da década de 2010. Durante os anos de preços de alimentos elevados, o verdadeiro consumo das camadas mais pobres (para as quais os alimentos representam de 60 a 80% do consumo total) pode aumentar e, assim, subestimar o “verdadeiro Gini” em mais 2,0 ou 3,0 pontos. Espera-se que esta revisão das parcialidades de medição do Gini alertará no futuro os estudiosos que se dedicam à análise da desigualdade em países específicos.

O conhecimento dessas parcialidades de medição e a necessidade de melhorá-las, de forma significativa, na geração de análises de dados futuras compõem a estrutura do capítulo 2. Esse capítulo apresenta um quadro teórico

segundo o qual o Gini total de um país pode ser decomposto entre a “desigualdade entre setores” e a “desigualdade dentro de cada setor”, ou seja, levando em conta as diferenças de consumo *per capita* entre os setores e as especificidades dos setores de agricultura, petróleo e mineração, construção, utilidades públicas, indústria, seguros, serviços financeiros, hotéis e restaurantes, comércio e administração pública. Mudanças na dinâmica dos principais setores (por exemplo, agricultura, indústria e petróleo e mineração, que são tratados detalhadamente nos capítulos 4 a 6), a estrutura geral da economia e a concentração de rendimentos/consumo de cada setor afetam a desigualdade em geral, que também é afetada por mudanças nas tendências demográficas e na participação da mão-de-obra, como discutiremos adiante. O capítulo 2 posteriormente apresenta uma série de conjecturas teóricas baseadas na documentação disponível em geral e, especificamente, sobre a desigualdade na África subsariana, bem como nas provas quantitativas das causas da desigualdade. Essas conjecturas referem-se à taxa de crescimento do PIB *per capita* e ao padrão do crescimento (ou seja, as participações em termos de valor agregado da agricultura, indústria e “outros serviços”) que capta a desigualdade “entre setores” e a distribuição setorial da dotação de fatores em áreas urbanas e rurais (que medem a desigualdade “dentro de cada setor”).

O capítulo 2 argumenta que, dada a heterogeneidade estrutural da África subsariana, a taxa de crescimento é menos significativa do que o padrão de crescimento (ou seja, a sua composição). A desigualdade em geral aumenta quando o crescimento ocorre em setores caracterizados por uma elevada concentração de bens e capital e pela intensidade do uso de

Embora o aumento das remessas e dos preços agrícolas mundiais pareçam ter estimulado a igualdade, um maior grau de Investimento Externo Direto (IED) nas indústrias extrativas e o aumento dos termos de comércio nos países ricos em recursos naturais estimulou, como já esperado, a desigualdade.



mão-de-obra qualificada, tais como nos setores de mineração, financeiro, de seguros, imobiliário e público. Em contraste, a desigualdade cai ou permanece estável quando o crescimento ocorre nos setores industrial, agrícola e da construção, que fazem um uso intensivo da mão-de-obra (exceto onde a concentração da terra é muito alta). Nesse sentido, deve-se observar que entre 1990 e 2011, em nove países já dominados pela agricultura em 1990, a proporção aumentou ainda mais, refletindo um aumento na produtividade da terra, preços mais elevados das culturas de subsistência ou um “retiro à subsistência”. Em outros dez países, o setor da mineração que estimula a desigualdade cresceu rapidamente e, em nove países, ocorreu uma “terceirização informal”, sendo que a maior parte do valor agregado e dos empregos criados ocorreu nos subsetores de alta informalidade, baixo valor agregado *per capita* e desigualdade elevada.

Como em outras regiões, conclui-se que uma melhor distribuição do capital humano (particularmente no ensino secundário) afeta a

desigualdade e, portanto, incentiva as autoridades estatais a aumentar a sua oferta para construir uma sociedade mais justa. A situação é menos encorajadora em relação à concentração de terras. Embora nenhuma série completa de documentos esteja disponível, a documentação atual sugere que isso não foi reduzido e que, possivelmente, pode ter piorado. Mudanças nas condições económicas globais tiveram um efeito misto na desigualdade. Embora o aumento das remessas e dos preços agrícolas mundiais pareçam ter estimulado a igualdade, um maior grau de Investimento Externo Direto (IED) nas indústrias extrativas e o aumento dos termos de comércio nos países ricos em recursos naturais estimulou, como já esperado, a desigualdade. Mudanças na ajuda ao desenvolvimento oficial (ODA) foram estatisticamente insignificantes, embora este ponto seja polémico e mereça uma investigação mais detalhada. No entanto, o cancelamento da dívida externa nos países elegíveis para a Iniciativa para Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) reduziu o Gini perceptível ao aumentar o espaço fiscal. Além disso, mudanças nas políticas internas tiveram um efeito misto. O aumento dos impostos diretos sobre a receita total observado em vários países reduziu a desigualdade, assim como o aumento de despesas sociais bem orientadas na África do Sul, Etiópia e em algumas outras nações. A expansão desses programas pode gerar ganhos consideráveis. Entre as macropolíticas, a liberalização do comércio parece ter aumentado a desigualdade com a redução da proporção de valor agregado na produção igualitária, enquanto uma maior estabilidade macroeconómica, uma inflação (CPI) reduzida e uma taxa de câmbio realmente competitiva foram considerados como fatores de redução da polarização dos rendimentos, embora a situação nessas áreas

<sup>3</sup> Fonte: Banco Mundial (2014)



**Uma característica marcante da desigualdade no continente é a presença de sete economias com níveis extremamente elevados de desigualdade: a “periferia africana” - que conduz o alto diferencial da desigualdade em relação ao restante do mundo em desenvolvimento.**

exija uma gestão contínua. O impacto da crise alimentar do final da década de 2000 sobre a desigualdade não pôde ser avaliado devido à falta de dados sistemáticos do Índice de Preços de Alimentos.

Os impactos externos que afetaram a região durante o período sob investigação geraram efeitos contrastantes. Após um aumento acentuado e indutor da desigualdade na década de 1990, uma recente queda modesta na incidência de VIH/SIDA reduziu a desigualdade, ainda que modestamente, e sugere que uma queda acelerada da incidência de VIH/SIDA, malária e tuberculose irá reduzir a desigualdade de forma significativa nos próximos anos. Impactos tecnológicos (ou seja, a difusão de tecnologias simples e altamente dissemináveis) não foram significativos na análise de regressão, pois é provável que o impacto sobre a desigualdade seja côncavo devido ao facto de essas novas tecnologias serem adquiridas inicialmente apenas pelas classes médias. O declínio no número de conflitos afetou favoravelmente o crescimento e a desigualdade, pois diminuiu o número de perdas humanas devido à guerra, a destruição da infraestrutura e o deslocamento forçado. Os mercados negros perderam força, a produção e o emprego recuperaram e as agências estatais e internacionais voltaram a fornecer serviços básicos. Por outro lado, as estimativas econométricas do capítulo 16 não demonstram que a democratização tenha um efeito distributivo significativo, embora isso possa depender dos “graus de democratização” específicos usados no modelo de regressão e, ainda mais provavelmente, da complexidade de captar o efeito da democratização nas sociedades multiétnicas.

Após uma discussão sobre as tendências da desigualdade, os problemas de medição e uma análise econométrica dos determinantes da desigualdade, no capítulo 3, Bhorat e Naidoo apresentam uma discussão detalhada sobre a interação crucial entre crescimento, pobreza e desigualdade em África. As estatísticas descritivas destacam a dificuldade de elaborar generalizações simples sobre a natureza e o padrão da desigualdade em todo o continente africano, pois os níveis e as mudanças variam significativamente ao longo do tempo. No entanto, obtemos algumas observações importantes. Em primeiro lugar, em média, a África apresenta uma desigualdade superior à média ou mediana face ao resto do mundo em desenvolvimento. Em segundo lugar, uma característica marcante da desigualdade no continente é a presença de sete economias com níveis extremamente elevados de desigualdade, a “periferia africana”<sup>4</sup>, que conduz o alto diferencial da desigualdade em relação ao restante do mundo em desenvolvimento. Em terceiro lugar, com base nos dados disponíveis, os níveis médios de desigualdade diminuíram em África ao longo do tempo, impulsionados principalmente pelas economias que não são classificadas como altamente desiguais. Além disso, ao estimar a relação entre crescimento e desigualdade em África, uma relação mais forte emerge entre crescimento económico e desigualdade nos países com níveis inicialmente elevados de desigualdade, confirmando, portanto, a evidência entre os países fora da África.

A Parte 2, em seguida, examina detalhadamente as mudanças nos principais setores económicos que foram discutidas na Parte 1 e que levaram a mudanças na desigualdade de rendimentos nas últimas duas décadas. No capítulo 4,

<sup>4</sup> Os países periféricos são África do Sul, Namíbia, Botsuana, República Centro-Africana, Comores, Zâmbia e Lesoto.

## Rumo a uma redução acelerada da pobreza rural e da desigualdade de rendimentos induzida pela agricultura na África subsariana

### Vetores do desempenho agrícola fraco em África



Dotações de recursos adversas



Subinvestimento e subcapitalização das dotações



Políticas fracas e falhas institucionais



Regimes comerciais adversos

### Impactos da crescente produtividade agrícola



### Lições emergentes



Adotar tecnologias agrícolas



Aumentar o investimento do governo na agricultura



Melhorar o acesso ao mercado nos países da OCDE



Controlar a corrupção na gestão do setor agrícola



Envolver os agricultores no planeamento e na implementação de políticas e programas agrícolas



Resolver as barreiras tarifárias e não tarifárias impostas aos produtos e negócios agrícolas



Aumentar o acesso à terra, particularmente para as mulheres



Melhorar o acesso a métodos agrícolas acessíveis e modernos



Aumentar a previsibilidade e a credibilidade das políticas, processos e regras agrícolas

## O aumento da produtividade no setor agrícola é um fator importante na redistribuição da mão-de-obra noutros setores da economia.

Odusola examina como a agricultura afeta a pobreza rural e a desigualdade na África subsariana. Ele argumenta que a agricultura exerce um papel multidimensional no processo de desenvolvimento, que inclui a facilitação do crescimento económico, a obtenção de ganhos com câmbio estrangeiro, a criação de oportunidades de emprego, a garantia da segurança alimentar, a contribuição para a cadeia de valor, a redução da pobreza, a diminuição das disparidades de rendimentos e a oferta de serviços ambientais, entre outros. O tratamento negligenciado desse setor fez com que a agricultura não desempenhasse essas funções. Por exemplo, em África, a pobreza rural afeta mais de 60% da população em 17 países e entre 50 e 60% em 14 países. É particularmente alarmante o caso do Zimbabué e de Madagáscar, onde a pobreza afeta mais de 80%. No entanto, a agricultura representa 66% do emprego total na África subsariana (excluindo a África do Sul). Embora a participação da agricultura no PIB tenha diminuído em cerca de 6,4 pontos percentuais, passando de 23,9%, em 1981, para 17,5%, em 2015, a transformação estrutural prevista ainda não ocorreu. Durante esse período, a parcela de valor agregado do setor industrial, que teria beneficiado do declínio da agricultura, também sofreu uma queda de 4,31 pontos percentuais. Na verdade, a África subsariana está a desviar-se da transformação económica estrutural, dada a extensão da informalidade do setor de serviços na região. O crescimento agrícola em África melhorou nas últimas duas décadas. No entanto, esse crescimento não se deve à produtividade agrícola associada à inovação e às mudanças tecnológicas, mas sim à expansão da terra e à implementação do sistema de alqueive. A produtividade agrícola por trabalhador na África subsariana é a mais baixa

entre todas as regiões, com uma média anual (2005-2015) de 1109,30 dólares em comparação com os membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) (19540,80 dólares), América Latina e Caraíbas (11820,80 dólares) e Oriente Médio e Norte de África (5394,90 dólares). Os países que conseguiram manter a produtividade por trabalhador em 3000,00 dólares ou mais por ano também reduziram a sua participação agrícola no PIB para menos de 20% e vice-versa, com poucas exceções.

No nível bivariado, a produtividade agrícola por trabalhador tende a empurrar a mão-de-obra para fora do setor. O aumento da produtividade no setor agrícola é um fator importante na redistribuição da mão-de-obra noutros setores da economia. De facto, um aumento de 1% da participação da agricultura no emprego total aumenta a pobreza rural em 0,14%. Isso explica porque o setor tende a empregar uma alta proporção de pessoas pobres no continente. Além disso, uma mudança de 1% na mão-de-obra da agricultura para outros setores leva a uma redução de 0,282% na lacuna da pobreza rural. O ensino secundário também é um fator poderoso na redução da pobreza e no deslocamento do trabalho para fora do setor agrícola. A produtividade total dos fatores desempenha um papel semelhante à educação na redução da pobreza. No entanto, tem uma relação positiva com a desigualdade e explica cerca de 13% da variação na desigualdade de rendimentos. Por exemplo, quatro dos sete países com um índice de produtividade total dos fatores superior a 0,40 (Seicheles, África do Sul, Botsuana e Namíbia) tiveram um coeficiente de Gini superior a 0,55. Um desempenho agrícola fraco deve-se a uma série de fatores, incluindo o uso reduzido de

Os países africanos não passaram pela transformação estrutural impulsionada pela industrialização e pelo crescimento. No entanto, a análise demonstra a heterogeneidade da experiência africana, sendo que alguns países africanos exibiram crescimento nos seus setores industriais.



enfrentados pelo setor industrial na África subsariana, no âmbito do declínio da participação industrial no valor agregado mencionado na Parte 1. O capítulo descreve a complexidade econômica e os quadros analíticos sobre o espaço dos produtos. Essencialmente, a abordagem analítica descreve o desenvolvimento e a transformação estrutural a nível nacional como um processo de acumulação de capacidades produtivas que permitem aos países produzirem produtos cada vez mais complexos. Os países com mais capacidades produtivas produzem produtos mais

fertilizantes, o acesso limitado a instalações de irrigação, a falta de acesso rápido a sementeiras melhoradas, a má gestão pós-colheita e o subinvestimento na agricultura. Por exemplo, em 2003, os governos africanos adotaram o Programa Abrangente de Desenvolvimento Agrícola Africano (CAADP), concordando em atribuir 10% das suas despesas nacionais à agricultura. No entanto, uma década após essa declaração (2013), apenas sete governos tinham mantido essa meta de forma consistente.

No capítulo 5, Borhat, Rooney e Steenkamp investigam, por sua vez, os constrangimentos

complexos. Os países que produzem produtos industrializados – ou seja, que estão bem posicionados em termos do espaço dos produtos e têm um alto índice de valor de oportunidade – tendem a ser mais complexos. As suas estruturas produtivas permitem uma diversificação mais fácil para incluir outros produtos industrializados. A análise mostra que, em geral, os países africanos não passaram pela transformação estrutural liderada pela industrialização e induzida pelo crescimento. No entanto, a análise demonstra a heterogeneidade da experiência africana, sendo que alguns países africanos exibiram crescimento nos seus setores industriais. A análise indica

## **A desigualdade é um subproduto de impostos regressivos, estruturas salariais insensíveis e investimentos insuficientes na educação, saúde e proteção social dos grupos vulneráveis e marginalizados.**

que o processo de transformação estrutural é dependente da trajetória; ou seja, as capacidades produtivas atuais de um país incorporadas na sua estrutura de exportação influenciam até que ponto ele pode mudar a sua produção no sentido de aumentar a sua atividade industrial.

No capítulo 6, Bhorat, Chelwa, Naidoo e Stanwix consideram a noção de que a riqueza de recursos naturais está associada a altos níveis de desigualdade nos países. Eles examinam o recente progresso económico em África, com especial ênfase nas indústrias extrativas e no seu impacto em termos de desigualdade, com o objetivo de explorar como os países que dependem fortemente da extração de recursos naturais podem enfrentar os riscos de uma desigualdade crescente. Isto é alcançado com base em dados que englobam vários países e estudos de caso de países específicos. Os dados sugerem que, em termos agregados, não existe um vínculo claro entre a dependência de recursos naturais e a desigualdade, usando aproximações padrão amplas. No entanto, características específicas do crescimento dependente dos recursos naturais, conforme observa o capítulo, apresentam riscos evidentes de desigualdade. Estes são explorados mais detalhadamente após a análise da literatura disponível sobre o tema. O capítulo conclui que existem razões para preocupação com a trajetória de crescimento e com o conjunto de riscos que a dependência em recursos extrativos pode gerar.

No capítulo 7, Odusola analisa até que ponto a política fiscal e um programa redistributivo ampliado podem contribuir para reduzir a desigualdade nos próximos anos. A crise da desigualdade global, segundo a qual o 1% mais rico da população mundial possui mais riqueza

do que o resto do mundo combinado, faz com que questionemos a eficácia das políticas fiscais, especialmente no tocante às escolhas referentes a impostos e despesas, na promoção da eficiência económica e, simultaneamente, na redução das disparidades de rendimento. Este capítulo argumenta que a desigualdade é um subproduto de impostos regressivos, estruturas salariais insensíveis e investimentos insuficientes na educação, saúde e proteção social dos grupos vulneráveis e marginalizados. Algumas das principais conclusões são as seguintes:

- A África continua a ser uma das regiões mais desiguais do mundo, onde se situam dez dos 19 países mais desiguais do mundo. O alto nível de desigualdade da África representa um sério desafio para a concretização do objetivo geral de “não deixar ninguém para trás” até 2030.
- Embora os níveis de receita fiscal como parte do PIB tenham aumentado ao longo do tempo, de 14,4% em 1991-1995 para 16,4% em 2006-2010, eles permanecem baixos em África em relação aos países desenvolvidos e da Ásia Ocidental. Isso afeta a quantidade de recursos públicos disponíveis para programas redistributivos, como a proteção social.
- Usando os dados da Base de Dados Padronizados sobre a Desigualdade de Rendimentos Mundial (SWIID), muitos países sofreram a erosão do impacto distributivo das suas políticas fiscais. Por exemplo, dos 47 países onde os dados estão disponíveis, 29 países registaram um declínio na eficácia distributiva da sua política fiscal.

## A proteção social está em expansão em África, mas a sua cobertura é demasiado baixa para conseguir reduzir significativamente a desigualdade.

**QUAIS SÃO OS FATORES ECONÓMICOS, SOCIAIS E POLÍTICOS QUE INFLUENCIAM A PROTEÇÃO SOCIAL EM ÁFRICA?**

**1** Uma taxa elevada de crescimento do PIB não significa necessariamente maiores gastos em proteção social

**2** Os países governados democraticamente são mais propensos a investir uma maior parcela do seu PIB em gastos sociais públicos

**3** Os países de rendimentos médios tendem a gastar mais em proteção social do que os países de rendimentos baixos

**4** Os países não dependentes de recursos naturais gastam mais em proteção social do que os países dependentes de recursos naturais

**Índice de Proteção Social em África**

África do Sul	0,80
Maurícia	0,69
Botswana	0,69
Libéria	0,63
Tanzânia	0,60
Lesoto	0,53
Suazilândia	0,52
Mauritânia	0,50
Gana	0,49
Uganda	0,48
Gabão	0,47
Zâmbia	0,35
Namíbia	0,30
Burquina Faso	0,29
Camarões	0,27
Cabo Verde	0,26
Serra Leoa	0,25
Maláui	0,23
Congo	0,23
Senegal	0,21
Benim	0,21
Quênia	0,21
Costa do Marfim	0,19
Togo	0,18
Moçambique	0,17
Ruanda	0,16
Etiópia	0,16
Comores	0,15
Mali	0,12
Níger	0,08
Nigéria	0,07
Rep. Dem. Congo	0,07
Gâmbia	0,07
Madagáscar	0,04

**O QUE IMPULSIONARIA O POTENCIAL DE A PROTEÇÃO SOCIAL REDUZIR A DESIGUALDADE EM ÁFRICA?**

**1** Direcionar mais especificamente a proteção social para as parcelas mais pobres da população

**2** Transferência de volume para a população-alvo

**3** Um aumento no valor da transferência para as parcelas mais pobres da população, em vez de melhorar as taxas de cobertura

**4** Um aumento combinado da cobertura das parcelas mais pobres da população e do valor da unidade das transferências levaram a uma redução significativa da desigualdade

**Espera-se que a população africana quase quadruplique até 2100, de aproximadamente 1,19 mil milhões de pessoas, em 2015, para 4,39 mil milhões. O continente abrigará, portanto, 39,12% da população mundial até 2100, em comparação com 16,14% em 2015.**

- Os impostos geralmente são regressivos em África. A relação positiva entre a variável fiscal e o coeficiente de Gini é estatisticamente significativa.
- Todos os países com uma relação entre rendimento e PIB de 20% ou superior (exceto Argélia, Marrocos e Seicheles) apresentam uma desigualdade de rendimentos (coeficientes de mercado e de Gini líquidos) superior a 0,5.
- A aplicação de subsídios e de transferências tem o potencial de induzir a igualdade e a sua relação com as desigualdades de rendimentos é estabelecida estatisticamente ao nível de significância de 1%.
- O crescimento do PIB também parece ser um fator de igualdade. Um aumento de 1% no crescimento económico reduz a desigualdade em 0,45%, sendo que o impacto da indústria e da agricultura é maior do que o impacto dos serviços.
- A crescente taxa de compressão de salários e remunerações é um vetor importante de desigualdade em todo o continente. A promoção de uma taxação progressiva e o aumento da eficiência da proteção social e da eficácia distributiva das políticas fiscais são vitais para lidar com as disparidades de rendimentos em África.

O capítulo 8 de Bhorat, Cassim, Ewinyu e Steenkamp complementa a análise do capítulo anterior. Este examina detalhadamente até que ponto a atual expansão da assistência social e, em menor grau, dos programas de seguro social,

que geraram grandes efeitos distributivos em países da OCDE e da América Latina, podem ser expandidos nas economias com um setor agrícola de subsistência de grande porte e difícil de aceder. O capítulo mostra que as elevadas taxas de crescimento do PIB em África não resultaram em maiores gastos com proteção social. O capítulo estabelece empiricamente uma correlação positiva entre os gastos em proteção social e a presença de um regime democrático, sugerindo que os governos democráticos são mais propensos a aumentar os seus gastos em despesas de proteção social. Em segundo lugar, em termos de rendimento, os países africanos de rendimentos médios superiores são os que mais gastam em proteção social, em relação aos países de rendimentos médios inferiores e de rendimentos baixos.

Por fim, os autores concluem que os países não dependentes de recursos naturais gastam mais com despesas de proteção social do que os países dependentes de recursos naturais. Embora o capítulo conclua que a ligação entre os gastos com proteção social e a redução da desigualdade não seja clara, uma correlação positiva pode ser observada entre a cobertura da proteção social e laboral e a redução da desigualdade. Além disso, o capítulo estima um índice de proteção social para a África subsariana que assimila uma variedade de subindicadores heterogêneos, agregando a proteção social numa única medida. Observam-se maiores ganhos em termos da redução da desigualdade nos países da África subsariana do que em países fora da África subsariana. Portanto, esse índice sugere que uma ampla gama de programas de proteção social e laboral é benéfica, pois tem o efeito de reduzir a desigualdade em geral. Por último, foi efetuada uma análise econométrica que reitera

**A maioria dos países que registou uma taxa de fertilidade de 6 filhos por mulher estão associados com um baixo coeficiente de Gini, inferior a 0,44. No entanto, a maioria dos países classificados como avançados na transição demográfica na África subsariana têm coeficientes de Gini superiores a 0,60.**

as conclusões anteriores sobre a importância do direcionamento da cobertura para os mais pobres. Em geral, o aumento da cobertura do quintil mais pobre da população, juntamente com um aumento no valor da unidade de transferência, está correlacionado, de forma significativa e positiva, com a redução da desigualdade.

Os três últimos capítulos da parte 2 discutem problemas que são altamente específicos à região da África subsariana e que têm um impacto sobre a desigualdade. Aspectos como o inabalável rápido crescimento populacional, o número decrescente, mas ainda elevado, de conflitos étnicos e o papel do desenvolvimento humano ajudam a explicar a dinâmica da desigualdade de rendimentos na África subsariana.

O capítulo 9 de Odusola, Mugisha, Workie e Reeves examina a relação entre o crescimento populacional e a desigualdade. Espera-se que a população africana quase quadruple até 2100, de aproximadamente 1,19 mil milhões de pessoas, em 2015, para 4,39 mil milhões. O continente abrigará, portanto, 39,12% da população mundial até 2100, em comparação com 16,14% em 2015. Enquanto grande parte do mundo passou por uma transição de fertilidade, a África não o fez. Entre 2000 e 2014, a sua taxa média de fertilidade foi de 5,4, em comparação com 1,6 na Europa e na Ásia Central e 1,7 na Ásia Oriental e Pacífico. Mesmo que a fertilidade esteja em estágio de substituição, com uma média de 2 filhos por mulher, a população continuará a crescer, devido ao número crescente de jovens.

A combinação de um crescimento populacional elevado no contexto de uma desigualdade de rendimentos elevada e, em certa medida, a

tendência decrescente da desigualdade, exige uma análise aprofundada da ligação entre população e desigualdade de rendimentos. De la Croix e Doepke (2002) argumentam que as famílias pobres tendem a ter muitos filhos e são menos inclinadas a investir na sua educação. A taxa de fertilidade pela acumulação de capital humano é um dos mecanismos de transmissão que ligam a desigualdade ao crescimento. O nexos entre o crescimento da desigualdade e da população em “forma de corcunda” corrobora a relação entre desigualdade, população e crescimento económico. No entanto, usando uma teoria do ciclo de vida, Deaton e Paxson (1997) argumentam que as diminuições nas taxas de crescimento populacional redistribuem a população em grupos mais velhos e mais desiguais, e podem aumentar a desigualdade nacional. De uma maneira não convencional, Campante e Do (2006) argumentam que países populosos tendem a ser menos desiguais. A partir de ambas as medidas de desigualdade (Gini e parcela de rendimentos retida pelos 40% mais pobres), os países com maiores taxas de fertilidade tendem a ter os níveis mais baixos de desigualdade. Por exemplo, todos os países com dados disponíveis e que registaram uma taxa de fertilidade de 6 filhos por mulher (Níger, Mali, Burundi, Tanzânia, República do Congo, Chade e Nigéria) estão associados a um baixo coeficiente de Gini, inferior a 0,44. No entanto, a maioria dos países classificados como avançados em transição demográfica na África subsariana (por exemplo, Botsuana, África do Sul, Namíbia e Seicheles) têm coeficientes de Gini superiores a 0,6, enquanto apenas Cabo Verde e Maurícia registaram coeficientes de Gini equivalentes aos dos países com fertilidade alta. A correlação entre taxa de pobreza e variáveis de população é positiva.



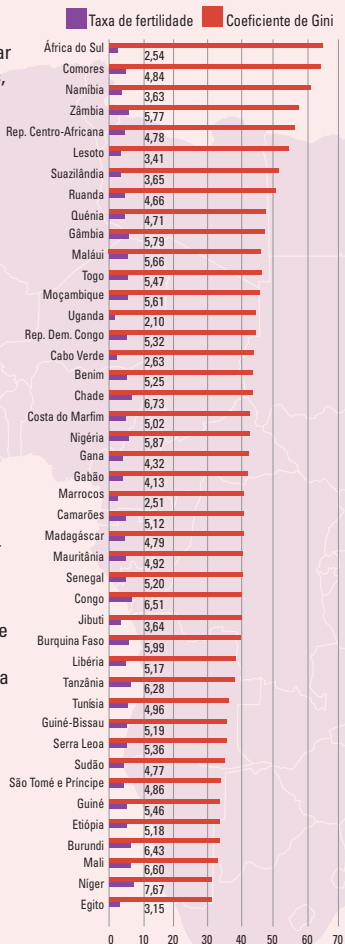
A população em situação de pobreza multidimensional, a intensidade da pobreza multidimensional e a população em situação grave de carência multidimensional tendem a conduzir as várias medidas de conflitos.

## Compreender a ligação entre população e equidade

### Factos sobre o crescimento e a estrutura da população africana

- 1 A população da África irá quadruplicar de aproximadamente 1,19 mil milhões, em 2015, para 4,39 mil milhões, em 2100, ou seja, 39,12% da população global.
- 2 A África será responsável por 82,8% da mudança populacional líquida mundial entre 2015 e 2100.
- 3 Espera-se que até 2050 o grupo populacional mais jovem (0-14 anos) duplique, a população em idade laboral (15-64 anos) triplique e o número de idosos (65 anos e acima) quadruplique.
- 4 A parcela africana da população global em idade laboral subirá de 12,6% em 2010 para 41,2% em 2100.
- 5 A África é a região mais jovem do mundo, com uma idade média de 19,4 anos, comparada a 29,6 anos globalmente.
- 6 Entre 2010 e 2014, a taxa de fertilidade média na África ficou em 5,4, em comparação com 1,6 na Europa e Ásia Central e 1,7 no Leste Europeu e no Pacífico.
- 7 Das cinco sub-regiões do continente, apenas o Sul de África começou a passar pelo início da transição demográfica.

### A maioria dos países com uma taxa de fertilidade alta têm um coeficiente de Gini baixo



### Como aproveitar o crescimento da população para aumentar a igualdade?

- 1 Investir intensivamente no desenvolvimento das crianças e dos jovens por meio de políticas e programas educacionais e de saúde adequados.
- 2 Manter mais meninas na escola e tomar medidas concretas para reduzir drasticamente as taxas de mortalidade.
- 3 Expandir o conteúdo de competências dos sistemas educacionais africanos para promover a empregabilidade da população trabalhadora.
- 4 Aumentar a produtividade total para impulsionar os dividendos demográficos em África.
- 5 Implementar impostos progressivos e transferências por meio de impostos marginais e uma proteção social bem orientada que favoreça os 40% mais pobres da população.
- 6 Promover a produção industrial que faz uso intensivo da mão-de-obra, a flexibilidade do mercado de trabalho, o crescimento do empreendedorismo e o desenvolvimento de infraestruturas para criar mais emprego.
- 7 Assegurar a concentração do crescimento nas áreas onde os 40% mais pobres fazem a sua subsistência para promover um crescimento inclusivo.

## Os países com uma contagem de pobreza superior a 60% também sofrem conflitos graves ou intensos.

A relação entre desigualdade e conflitos em África é o foco do capítulo 10, de autoria de Odusola, Bandara, Dhliwayo e Diarra. As desigualdades e a pobreza são importantes vetores de exclusão social, enquanto conflitos, agitações

sociais e instabilidade são a sua manifestação. A desigualdade e os conflitos criam um ciclo vicioso que tende a perpetuar-se e propaga ainda mais o subdesenvolvimento. O risco de conflito é maior em países pobres e desiguais do que em países ricos e menos desiguais. Nas últimas décadas, a África tem sido um dos continentes mais propensos a conflitos, mas a intensidade desses conflitos está a cair. Em 2002, 55% dos conflitos mundiais aconteceram na África subsariana, mas esse número caiu para 24% em 2011. Ainda assim, 11 dos 20 países com a maior probabilidade de conflitos situam-se em África. A intensidade da desigualdade, representada pela participação de rendimentos dos 10% mais pobres nos 10% mais ricos da população, tende a estar relacionada, positivamente, com os vários indicadores de conflitos, especialmente atritos entre grupos. A população em situação de pobreza multidimensional, a intensidade da pobreza multidimensional e a população em situação grave de carência multidimensional também tendem a conduzir as várias medidas de conflitos. A maioria dos países com uma contagem de pobreza superior a 60% passa também por conflitos sérios ou intensos, tais como o Burundi, a República Centro-Africana, a República Democrática do Congo e a Nigéria. O coeficiente de Gini tem um efeito negativo, mas significativo, nos conflitos, quando medido por morte *per capita*, mas insignificante em relação à contagem de mortes. A democracia também indica um efeito negativo significativo nos conflitos. O PIB *per capita* tem agora um efeito significativo, mas negativo nos conflitos quando a taxa de mortes *per capita* é usada como variável dependente, mas não quando é usado o número de mortes. Essa relação confirma a conclusão de Odusola (2015) de que todos os países cuja participação do quintil mais

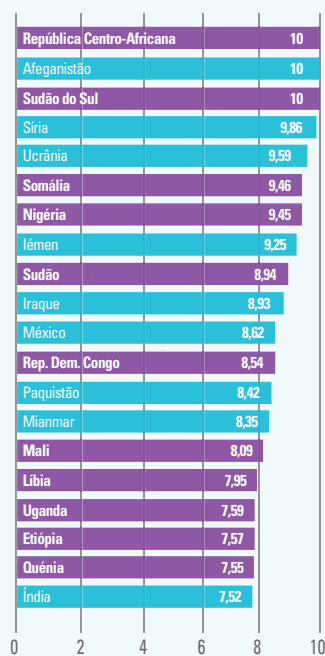
### A intensidade da desigualdade e a pobreza geram conflitos na África subsariana

A intensidade dos conflitos caiu de 55%, em 2002, para 24%, em 2011

Entre todos os conflitos globais, melhorias substanciais foram presenciadas em

**Seicheles**      **Zimbabué**  
**Cabo Verde**    **Costa do Marfim**

11 dos 20 países do mundo mais propensos a conflitos situam-se em África



A sobreposição de desigualdades – na saúde, educação, trabalho, participação política e segurança – perpetuam a exclusão.

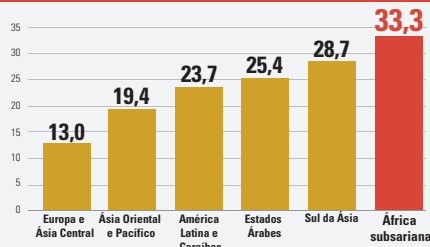
## Factos emergentes sobre a desigualdade e o desenvolvimento humano em África

**1** A África subsariana registou **um crescimento mais rápido no Índice de Desenvolvimento Humano** entre **2000 e 2010**, que aumentou para **uma média anual de 1,68%**. No entanto, o progresso é **desigual entre os países e entre os grupos**.

**2** Entre 2010 e 2014, mais de **90%** dos **países da África subsariana reduziram a desigualdade na saúde**; cerca de **50%** **reduziram a desigualdade na educação**; e menos de **40%** **reduziu a desigualdade de rendimentos**.

**3** A perpetuação das **desigualdades de rendimentos, saúde e educação** está ligada a combinações complexas de **normas sociais discriminatórias (especialmente para as mulheres)** e uma **distribuição distorcida da provisão de serviços**.

**4** A perda do potencial humano devido à **desigualdade é maior na África subsariana do que nas outras regiões do mundo**.



**5** A desigualdade de género e o desenvolvimento humano estão inversamente relacionados.

Os países com o menor grau de **desigualdade de género** (por exemplo, Maurícia, Argélia e África do Sul) tendem a usufruir de **maiores níveis de desenvolvimento humano**, enquanto os países com um maior grau de **desigualdade de género** (por exemplo, República Centro-Africana, Chade e Níger) **têm níveis menores de desenvolvimento humano**.

**6** Lidar com **as origens da desigualdade de género** é uma forma de **melhorar a vida das mulheres e dos homens**.

**7** Investir no **desenvolvimento da juventude, na igualdade de género, no empoderamento das mulheres** e no desenvolvimento da resiliência **económica, social, política e da resiliência ambiental** são **peças fundamentais para acelerar o desenvolvimento humano**.

**Na África subsariana, a perda do potencial humano devido à desigualdade é de 33%. No Sul da Ásia e nos Estados Árabes, essa perda fica entre 25% e 29%.**

baixo do seu rendimento nacional durante as décadas de 1980–2000 estava abaixo de 4% são particularmente países não propensos a conflitos no Sul de África (Botsuana, África do Sul, Lesoto, Namíbia, Seicheles e Zâmbia).

O capítulo 11 de Mukherjee, Lusigi, Kamwendo e Bonini faz uma análise da relação dupla entre desenvolvimento humano e desigualdade. Conforme o discutido na Parte 1, melhorias na saúde e na educação entre as camadas mais pobres não são apenas desejáveis por si só, mas também mostraram, em muitos casos, que ajudam a reduzir a desigualdade de rendimentos e de consumo. Por outro lado, um aumento da desigualdade de rendimentos/consumo torna o desenvolvimento humano mais problemático, pois os segmentos populacionais de rendimentos mais baixos não são capazes de arcar com os custos de aceder privadamente aos sistemas de cuidados de saúde e de ensino, nem de obter um acesso decente à água, saneamento básico e habitação. Desde 2000, a África subsariana tem testemunhado um crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais rápido do que em qualquer outra região – com uma taxa de crescimento de 1,68%, de 2000 a 2010, e de 0,94%, de 2010 a 2014. A taxa de progresso em alguns países foi particularmente notável, como no Ruanda, Etiópia e Moçambique. Isso implica que as pessoas têm uma vida mais prolongada, mais saudável e mais criativa, possuem mais conhecimentos e têm acesso aos recursos necessários para sustentar um padrão de vida decente. Entretanto, existem diferenças significativas no desenvolvimento humano das mulheres e dos homens. A carência de saúde e de educação é maior nas áreas rurais do que nas áreas urbanas e também existem desigualdades no acesso à informação e à tecnologia. Da mesma

forma, o progresso tem sido desigual entre países e grupos socioeconómicos e ainda se verifica um elevado grau de carência humana.

A desigualdade de rendimentos pode reforçar as desigualdades na saúde e na educação, bem como no trabalho, na participação e na segurança. Essas desigualdades sobrepostas perpetuam a exclusão e a carência durante a vida toda de um indivíduo e através de gerações. Na África subsariana, a perda do potencial humano devido à desigualdade é de 33%. No Sul da Ásia e nos Estados Árabes, essa perda é um pouco superior a 25%. Em quatro países (República Centro-Africana, Comores, Namíbia e Serra Leoa), o Índice de Desenvolvimento Humano ajustado segundo a desigualdade (IHDI) é mais de 40% inferior ao Índice de Desenvolvimento Humano padrão (IDH); e em 35 países, é de 30 a 40% mais baixo. As desigualdades na educação são as mais altas, situando-se em 27%, seguidas das desigualdades de rendimentos, com 24%, e da saúde, com 17%. Os vetores subjacentes da desigualdade em termos de competências humanas incluem: participação desigual na vida política e económica; acesso desigual a recursos económicos, financeiros e naturais; falta de segurança humana e de direitos; resultados e oportunidades desiguais para homens e mulheres. Há uma relação negativa entre o desenvolvimento humano e a desigualdade de género em África. Países com níveis gerais baixos de desigualdade de género (por exemplo, Líbia, Tunísia e Maurícia) tendem a ter níveis mais elevados de desenvolvimento humano, enquanto aqueles com níveis elevados de desigualdade de género (por exemplo, Níger, Chade, República Centro-Africana, Mali e República Democrática do Congo) tendem a ter níveis mais baixos de desenvolvimento humano.

No Maláui, entre o início da década de 1990 e meados da década de 2000, a desigualdade diminuiu como resultado, nomeadamente, da adoção do programa *Starter Pack*, que forneceu a todos os pequenos proprietários, incluindo os mais pobres, um pacote de sementes e fertilizantes altamente subsidiados.

## Factos sobre a desigualdade no Maláui

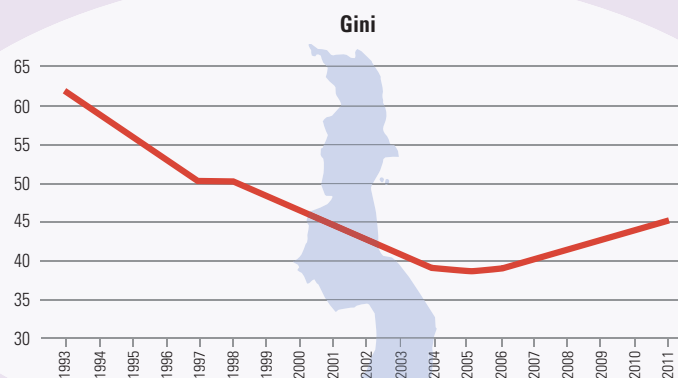
A desigualdade é dependente da trajetória e caracterizada pelo dualismo entre pequenas propriedades agrícolas de subsistência e grandes explorações.



O programa *Starter Pack* para pequenos agricultores, o declínio na incidência de VIH/SIDA e a estabilização dos termos internacionais de comércio ajudaram a reduzir a desigualdade (1993-2005).



O deslocamento da agricultura de baixa desigualdade para setores de alta desigualdade, tais como serviços, comércio, transporte, construção e migração urbana tem vindo a agravar a desigualdade de rendimentos desde 2005.



O deslocamento da produção de culturas vegetais para a produção pecuária e para atividades informais não agrícolas em áreas urbanas e periurbanas contribuiu para um aumento do coeficiente de Gini geral.



Políticas económicas fracas, tais como uma baixa transformação industrial, uma governação económica deficiente, poucos gastos na educação secundária e fertilizantes caros demais para as camadas mais pobres da população contribuíram para um aumento do coeficiente de Gini.



Para lidar com a desigualdade é necessário uma transição para uma agricultura moderna e intensiva e ambientalmente sustentável, bem como um declínio no crescimento populacional.

**Na Etiópia, o risco de pobreza rural é influenciado pelos seguintes fatores: o emprego dos chefes de família na administração pública; o comércio e a indústria rurais; uma taxa baixa de dependência; a posse da terra e de animais de criação e a educação primária e secundária do chefe de família.**

A Parte 3 apresenta os resultados de estudos de caso nacionais quanto à evolução da desigualdade entre 1991 e 2011 (ou em períodos similares). No capítulo 12, Cornia e Martorano analisam a evolução da desigualdade e os seus determinantes na economia agrária altamente dualista do Maláui, por meio de uma série de decomposições das alterações, ao longo do tempo, no coeficiente de Gini do consumo familiar total *per capita* para cada setor de produção-chave (agricultura, indústria e outros), bem como por meio de uma nova série de dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e do Banco Mundial. O capítulo também usa dados de várias fontes nacionais e internacionais, incluindo as bases de dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e do Banco Mundial. Entre 1968 e o final da década de 1980, a desigualdade aumentou devido ao modelo de desenvolvimento agrícola exportado pelo regime de Kamuzu Banda, que privilegiou o setor imobiliário e as explorações de médio porte e, assim, criou um “dualismo dentro do dualismo”, que exacerbou a desigualdade herdada da era colonial. Em contraste, entre o início da década de 1990 e meados da década de 2000, a desigualdade diminuiu como resultado, nomeadamente, da adoção do programa *Starter Pack*, que forneceu a todos os pequenos proprietários, incluindo os mais pobres, um pacote de sementes e fertilizantes altamente subsidiados. Esse programa foi finalmente substituído por uma iniciativa com um público-alvo bem menos relevante, e a desigualdade subiu novamente entre 2004 e 2011. Ao aplicar uma micro-decomposição da alteração geral do coeficiente de Gini, o capítulo mostra que um dos principais vetores do recente aumento de desigualdade foi o subaproveitamento da transição estrutural da

economia de uma agricultura de cultivo de baixa desigualdade para setores de alta desigualdade, como a produção pecuária, o comércio, o transporte e serviços formais situados tanto em áreas urbanas como rurais. O aumento da desigualdade deveu-se também ao declínio da proporção de valor agregado proveniente da indústria, que faz uso intensivo da mão-de-obra. Isso foi induzido, nomeadamente, pela liberalização comercial e pelo declínio associado das taxas médias de tarifas.

No capítulo 13, Cornia e Martorano discutem a evolução da desigualdade na Etiópia entre 1991 e 2011. Entre 1996 e 2011, a Etiópia registou um rápido crescimento do PIB, um aumento da produção agrícola de 6%, uma baixa desigualdade estável e um declínio da pobreza. Um ingrediente-chave do sucesso da Etiópia foi a adoção, em 1995, de uma industrialização guiada pelo desenvolvimento agrícola que estabeleceu o aumento dos rendimentos da terra como condição prévia para um processo bem sucedido de industrialização, urbanização e desenvolvimento. Além disso, dada a distribuição igualitária das terras no país, também foram sentidos efeitos distributivos favoráveis. O governo promoveu um modelo de desenvolvimento liderado pelo mercado, orientado pelo Estado e regionalmente descentralizado, que modernizou as instituições rurais, aumentou a difusão das contribuições, promoveu a diversificação das culturas, adotou políticas progressivas de impostos e despesas e lançou o Programa Rural de Rede de Segurança Produtiva. Isso reduziu a pobreza rural em dois pontos percentuais, enquanto os programas de obras públicas e de construção de moradias urbanas criaram 1,1 milhão de empregos. Apesar desses ganhos, durante as duas últimas décadas, a estrutura de produção evoluiu lentamente,

**A dicotomia entre economias rurais e urbanas, bem como entre regiões, e na distribuição de instalações socioeconômicas e físicas (por exemplo, eletricidade, água e saneamento, centros de saúde e escolas) desencadeiam as disparidades no Burquina Faso, Gana e Tanzânia.**

enquanto as pessoas que deixaram a agricultura encontraram trabalho principalmente em serviços não comercializáveis com o uso intensivo de qualificações ou no altamente desigual setor informal. Até 2011, o emprego na indústria tinha aumentado lentamente, embora haja indícios de que subiu também entre 2012 e 2014 devido ao aumento do IED nesse setor. Como resultado, o Gini urbano aumentou em dez pontos entre 1995 e 2005. Os resultados das microdecomposições das alterações no coeficiente de Gini sugerem que, entre 2005 e 2011, os investimentos públicos na educação aumentaram gradualmente a oferta de trabalhadores qualificados e reduziram a vantagem da qualificação, que, juntamente com o lançamento de grandes programas de obras públicas urbanas, ajudaram a reduzir a desigualdade em seis pontos percentuais.

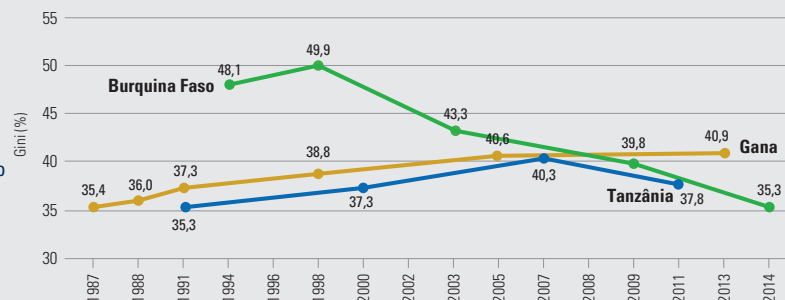
Em contraste, o Gini rural flutuou em torno de 0,26 e 0,28 durante todo o período. No entanto, o país enfrenta um dilema crucial, pois o tamanho das terras agrícolas já é pequeno demais para sustentar uma família e os iniciantes no mercado de trabalho. Apesar de uma queda de dois pontos na taxa de fertilidade total nos últimos 20 anos, a taxa de crescimento populacional em declínio lento ainda é um desafio. É necessário a implementação de novas medidas para reduzir a fertilidade, pois a migração para as cidades e para outros países não irá aliviar o problema da falta de terras. As decomposições microeconômicas realizadas no capítulo 13 mostram que o risco de pobreza rural é influenciado pelos seguintes fatores: o emprego do chefe de família na administração pública; o comércio e a industrialização rurais; a baixa taxa de dependência; a propriedade da terra e de animais de criação; a educação primária e secundária do chefe de família.

Ainda é necessário um progresso considerável em todas essas áreas. Apesar das importantes limitações ilustradas acima, a experiência de desenvolvimento da Etiópia entre 1995 e 2011 é um exemplo da rapidez em que o crescimento pode ocorrer num país pobre com desigualdade baixa e estável e uma pobreza em rápido declínio.

O capítulo 14, de Odusola, Lal, Dhlwayo, Sabo e Neuhaus, traz uma análise comparativa dos vetores de desigualdade de rendimentos no Burquina Faso, Gana e Tanzânia. Cada um dos três países oferece uma tendência de desigualdade única: desigualdade crescente (Gana), desigualdade decrescente (Burquina Faso) e desigualdade em forma de U invertido (Tanzânia). A comparação da experiência dos países em todas as categorias de desigualdade oferece oportunidades para captar as peculiaridades e os contextos desses grupos. Os três países reduziram consideravelmente a pobreza em relação a outros países da África subsariana, mas apenas o Gana conseguiu atingir a meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de reduzir metade da pobreza até 2015 (com base na linha de pobreza internacional de 1,90 dólares por dia). O Gana conseguiu reduzir a taxa de pobreza nacional em 57,2% entre 1992 e 2012, três anos antes do prazo; seguido pelo Burquina Faso (47,4%, 1994-2014) e pela Tanzânia (33,8%, 1991-2011). De acordo com os padrões da África subsariana, os três países tiveram um bom desempenho na redução da pobreza. O Burquina Faso continua a ser um dos poucos países africanos que obteve sucesso na redução da desigualdade de rendimentos durante cerca de duas décadas consecutivas. Em 2007, na Tanzânia, a desigualdade começou a cair, enquanto no Gana, desde 1987, tem subido. O

## O contexto do país é importante na promoção da equidade. Portanto, os fatores de desigualdade são heterogêneos no Burquina Faso, Gana e Tanzânia.

O Burquina Faso reduziu a desigualdade entre 1998 e 2014. A desigualdade tem aumentado no Gana desde 1987.



### Vetores da desigualdade nos três países

- 1 Crescimento com **pouca capacidade de criação de empregos** e baixa produtividade dos trabalhadores.
- 2 **Políticas fiscais regressivas** que sobrecarregam fiscalmente as parcelas mais pobres da população.
- 3 **Desigualdades de gênero, altas pressões demográficas** (por exemplo, taxas de fertilidade elevadas), **disparidades educacionais e défices de qualificação**.
- 4 **Disparidades salariais** dentro e entre os setores.
- 5 **Baixa produtividade agrícola.**
- 6 **Acesso desigual** à saúde, educação e serviços relacionados.
- 7 **Cobertura limitada e baixo financiamento** da proteção social.
- 8 **Inflação crescente.**

### Lições emergente dos três países

- 1 Promover um crescimento de **qualidade e inclusivo** – ou seja, um crescimento criador de emprego.
- 2 Incentivar a **produtividade agrícola.**
- 3 Agregar **valor** a **matérias-primas primárias.**
- 4 Lidar com **disparidades regionais** na **distribuição das instalações de infraestruturas.**
- 5 Promover um **acesso igualitário aos serviços de educação e da saúde.**
- 6 Adotar e implementar **estratégias abrangentes para lidar com as desigualdades de gênero.**
- 7 Institucionalizar **um sistema fiscal progressivo e disseminar uma proteção social bem direcionada.**
- 8 Aumentar a **produtividade das remessas e da ODA.**
- 9 Proteger **os bens das populações mais pobres** contra os efeitos da inflação.



Uma maior produtividade agrícola exerce um papel fundamental na redução da desigualdade e as transições demográficas parecem estar associadas a uma desigualdade mais elevada no Burquina Faso, no Gana e na Tanzânia.

## Políticas fiscais pró-igualdade em África

- 1 Aumentar a taxa progressiva** por meio do aumento das taxas fiscais marginais e da ênfase em impostos pessoais e corporativos.
- 2 Diversificar a receita governamental**, afastando-a do setor extrativo em direção a impostos pessoais e corporativos.
- 3 Favorecer a contrapartida na gestão fiscal** para aumentar as receitas e promover a previsibilidade.
- 4 Melhorar a concepção e a eficácia operacional dos subsídios e das transferências** por meio de um encaminhamento mais direcionado.
- 5 Investir em programas de aquisição de competências** para pessoas não qualificadas, promovendo uma educação de qualidade e taxas mais elevadas de transição do ensino primário para o ensino secundário.
- 6 Direcionar os gastos públicos para as famílias mais pobres, os idosos, os desempregados e os marginalizados.**
- 7 A adoção de uma combinação adequada de políticas fiscais** é vital para mover a fronteira da distribuição fiscal.

rendimento dos 40% mais pobres da população numa proporção do rendimento dos 10% mais ricos da população também é o mais alto no Burquina Faso, seguido pela Tanzânia e pelo Gana.

A dicotomia entre economias rurais e urbanas, bem como entre regiões, e na distribuição de instalações socioeconómicas e físicas (por exemplo, eletricidade, água e saneamento, centros de saúde e escolas) desencadeiam as disparidades nesses três países. Três fatores explicam o baixo poder do crescimento em reduzir a pobreza no Burquina Faso: um crescimento baseado em setores com baixa capacidade de criação de empregos; uma baixa produtividade por trabalhador no setor primário e aumentos populacionais de mais de 3% ao ano. No Gana, houve um deslocamento para fora da agricultura (setor indutor de igualdade) e uma expansão significativa do setor de serviços (setor indutor de desigualdade), que, em 2014, constituía

mais de 50% do PIB. De facto, as políticas fiscais no Burquina Faso são progressivas, o que explica porque a eficácia da distribuição fiscal é mais forte. O país também possui um coeficiente de Gini mais baixo (e em declínio) do que o Gana e a Tanzânia, onde as políticas fiscais são consideradas regressivas. No Gana, a educação está a ajudar a colmatar o fosso da desigualdade, especialmente com a matrícula de mulheres no ensino médio. A taxa de compressão salarial sozinha representa 33,6% das variações na desigualdade de rendimentos entre os nove países selecionados (incluindo Burquina Faso, Gana e Tanzânia)<sup>5</sup>. O aumento da produtividade agrícola exerce um papel fundamental na redução da desigualdade e a transição demográfica parece estar associada com uma maior desigualdade nos três países. O papel das remessas e da assistência oficial ao desenvolvimento (ODA) varia de país para país. É mais forte no Burquina Faso. Outros fatores que explicam a variação incluem: desemprego; nível de desenvolvimento do setor

<sup>5</sup> Os outros países são o Benim, Costa do Marfim, Níger, Nigéria, Moçambique e Togo.

## A expansão de intervenções de proteção social que incentivam a igualdade voltadas para grupos excluídos e marginalizados é vital para acelerar o progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da igualdade.

privado; a extensão da corrupção e da captura do Estado pelas elites; o nível de acesso aos serviços sociais; as disparidades no acesso à terra e as disparidades de gênero nas oportunidades económicas e sociais.

No capítulo 17, os editores do livro apresentam conclusões, recomendações e sugestões para trabalhos futuros. O capítulo observa que, para que a concretização das metas de pobreza e desigualdade dos ODS aconteça e para que a conceção de políticas seja cada vez mais baseada em factos comprovados, os departamentos nacionais e as agências internacionais de estatística devem aumentar consideravelmente os seus esforços para gerar informações sobre a desigualdade, incluindo as desigualdades de gênero e étnicas. De facto, a base informativa para a formulação de políticas africanas permanece significativamente mais fraca do que noutras regiões em desenvolvimento. O capítulo também discute importantes questões de políticas, incluindo questões relacionadas com: a modernização da agricultura, tais como acelerar os rendimentos e a produtividade por trabalhador; a promoção das cadeias de valor usando a agricultura e o setor extrativo como um elemento-chave da industrialização; o uso dos recursos provenientes do aumento súbito dos preços de matérias-primas primárias para diversificar a economia; a necessidade de oferecer uma proteção social forte em paralelo à transição demográfica; o aumento do capital humano e a melhoria da sua distribuição; e a adoção de políticas macroeconómicas que possam inverter a desindustrialização ocorrida nas últimas duas décadas. O aumento da produtividade, a melhoria das condições de trabalho no setor informal e a garantia de que os recursos socioeconómicos e físicos sejam distribuídos de forma justa entre as

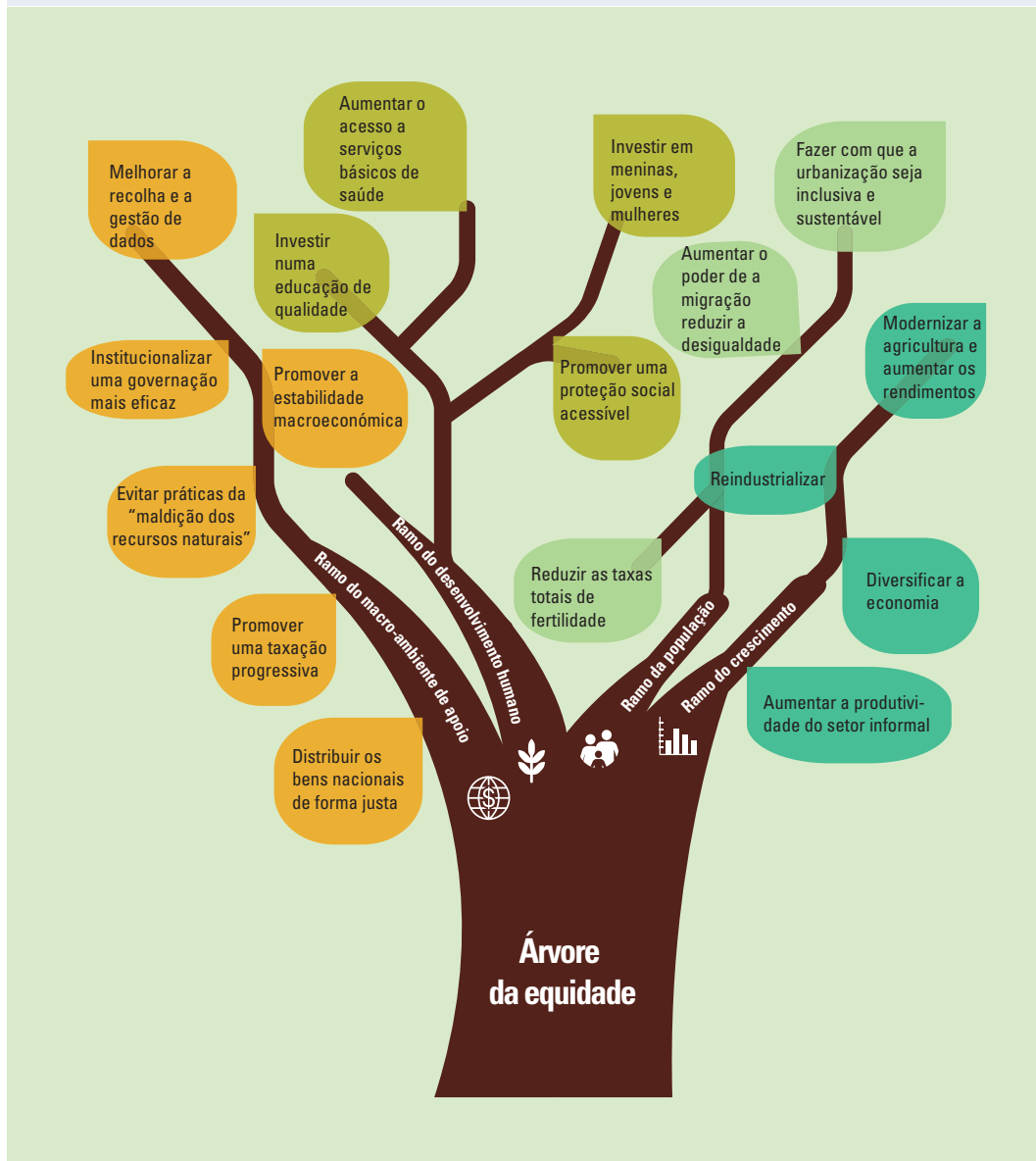
regiões e entre as áreas urbanas e rurais são vitais para lidar com as disparidades de rendimentos. A expansão de intervenções de proteção social que incentivam a igualdade voltadas para grupos excluídos e marginalizados é vital para acelerar o progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da igualdade. Por fim, o capítulo observa que, como em outras regiões, para compreender melhor as tendências da desigualdade, devemos ter uma maior compreensão acerca dos movimentos políticos que criam democracias legítimas e diminuem a corrupção, bem como das circunstâncias das políticas distributivas e do seu impacto na desigualdade.

### Questões que exigem mais atenção

Conforme observado anteriormente, é possível que o livro principal represente a primeira tentativa de documentar os níveis e as tendências da desigualdade de consumo familiar médio *per capita* em toda a região. Também faz contribuições importantes na discussão detalhada sobre a fragilidade dos dados da desigualdade existentes comparáveis entre países, trazendo propostas de estratégias para resolver essas deficiências e sugestões para melhoria da qualidade dos dados sobre a desigualdade. Um grande grupo de especialistas do PNUD e externos (incluindo a equipa de economistas do Escritório Regional do PNUD para a África), com conhecimentos e experiências complementares, estiveram envolvidos na elaboração deste livro, o que fez com que fosse possível abordar um número considerável de questões que compõem o problema da desigualdade da região. Isso,

O primeiro conjunto de questões que requerem mais atenção quando existirem mais dados disponíveis inclui o impacto dos preços dos alimentos na desigualdade e uma análise mais pormenorizada do impacto dos vários tipos de ODA e de transferências de dinheiro sobre a desigualdade e a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

## Semear e nutrir as sementes da equidade em África



**Um segundo conjunto de determinantes da desigualdade que não foi tratado adequadamente neste livro refere-se à relação circular entre o crescimento populacional, a sustentabilidade ambiental e a desigualdade de rendimentos.**

por si só, já é uma importante conquista. No entanto, ela deve ser complementada por outros trabalhos analíticos nos próximos anos. Embora tenham sido discutidas, neste livro, várias conclusões-chave que podem inspirar a formulação de políticas, ainda existe uma série de questões que é necessário investigar mais a fundo. Essas questões não foram abrangidas de forma adequada na nossa análise devido à falta de dados cronológicos suficientes, bem como ao facto de que a teoria económica e social nessas áreas ainda está na sua infância e as relações disponíveis variam consideravelmente entre as sub-regiões.

As questões que requerem mais atenção quando existirem mais dados disponíveis incluem: o impacto dos preços dos alimentos na desigualdade e uma análise mais pormenorizada do impacto dos vários tipos de ODA e de transferências de dinheiro sobre a desigualdade e a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Além disso, é necessário uma desagregação mais detalhada do impacto de uma mudança na estrutura económica em direção à industrialização e a alguns subsectores de serviços, bem como um quadro analítico mais explícito mostrando como a abordagem da desigualdade pode acelerar a concretização dos ODS, levando adiante a discussão sugestiva incluída neste livro. Muitas dessas questões foram incluídas no corpo deste livro e tratadas quantitativamente, mas é difícil fazer deduções, pois é impossível testar econometricamente algumas das hipóteses devido à limitação dos dados.

Outros aspetos essenciais da desigualdade e do seu impacto sobre o bem-estar foram discutidos apenas marginalmente. O primeiro aspeto

refere-se à desigualdade de género que, conforme mencionado acima, é uma das principais fontes de polarização do bem-estar que não é captada pelos Inquéritos sobre o Rendimento e Orçamento Familiares padrão (e dominantes). Embora existam muitos microestudos que examinam o preconceito de género em contextos específicos e com pequenas amostras, há poucas bases de dados suficientemente abrangentes sobre a igualdade de rendimentos que abordem os rendimentos e o consumo por género e idade. Registos administrativos com informações sobre acesso à saúde, à educação e à representação política, entre outros, preenchem parte dessa lacuna e mostram que a discriminação de género, de forma geral, diminuiu em termos do acesso a serviços básicos. No entanto, conforme o observado nos capítulos 12 a 14, no Maláui, Etiópia, Burquina Faso, Gana e Tanzânia, as evidências claras disponíveis (incluindo a influência sobre o bem-estar das famílias chefiadas por mulheres em microdecomposições de desigualdade) mostram que a discriminação económica não mudou muito e pode até ter aumentado. Portanto, embora os efeitos amplos da discriminação de género sejam claros e tenham sido incluídos na análise, problemas de dados impedem uma documentação mais clara sobre a evolução da desigualdade de género ao longo do tempo.

Um segundo conjunto de determinantes da desigualdade que não foi tratado adequadamente neste livro refere-se à relação circular entre o crescimento populacional, a sustentabilidade ambiental e a desigualdade de rendimentos. Isto é, mais uma vez, devido à falta de conjuntos de dados compilados sobre a distribuição dos recursos ambientais, mas também devido a questões teóricas complexas. De facto, o impacto da degradação ambiental, devido à



**O terceiro conjunto de questões é a política e a economia das recentes mudanças de políticas nos países que introduziram uma tributação mais progressiva, transferências de dinheiro, melhorias nos serviços sociais, infraestruturas e apoio à modernização agrícola, num contexto de uma distribuição de terras aceitavelmente igualitária, e outras medidas distributivas progressivas.**

superpopulação ou à distribuição desigual dos recursos, muitas vezes apenas tende a manifestar-se completamente apenas após longos períodos de tempo. Isso faz com que seja difícil medir, de forma precisa, o efeito quantitativo do impacto do crescimento populacional sobre a degradação ambiental e sobre a desigualdade a longo prazo. Vários estudos de caso têm documentado essa relação, como, por exemplo, no Níger (Cornia e Deotti, 2014) e em outros casos extremos. No entanto, captar precisamente essa relação na África subsariana como um todo ainda é problemático e requer uma análise bem articulada.

Por fim, ao contrário das análises das alterações na desigualdade que ocorreram em outras regiões (ver Cornia 2014 sobre o acentuado declínio da desigualdade sob os novos regimes de esquerda na América Latina desde 2002), aqui, a discussão das mudanças de políticas introduzidas desde 1991 não traz uma análise detalhada das características dos regimes políticos e da orientação política dos governos que introduziram reformas políticas progressivas. Enquanto vários capítulos deste livro salientam a diminuição de conflitos e a difusão da democracia desde

1995, outros estudos (Stewart, 2014) sugerem que o clientelismo baseado na etnia ainda não diminuiu. Além disso, um relatório de 2015 sobre 28 países da região, realizado pela Transparency International, em cooperação com a Afrobarometer, estima que pelo menos 75 milhões de pessoas pagaram subornos, incluindo para aceder a serviços básicos fornecidos pelo Estado, e que houve uma percepção generalizada de que a corrupção estava em ascensão. Em resumo, ainda falta uma análise sobre se o processo de democratização melhorou os direitos fundamentais dos cidadãos e se levou à eleição de governos menos centrados nas etnias dominantes e mais universalistas e progressistas na região. Este livro não apresenta uma visão clara da política e da economia das recentes mudanças de políticas nos países que introduziram uma tributação mais progressista, transferências de dinheiro, melhorias nos serviços sociais, infraestruturas e apoio à modernização agrícola, num contexto de uma distribuição de terras aceitavelmente igualitária, e outras medidas distributivas progressivas. Portanto, são necessários esforços adicionais nessas áreas, incluindo por meio da contribuição de cientistas políticos bem versados nos sistemas políticos africanos.

## Bibliografia

### A principal referência é:

**Escritório Regional do PNUD para África. 2017. Tendências da desigualdade de rendimentos da África subsariana: divergências, determinantes e consequências. Giovanni Andrea Cornia, Ayodele Odusola, Haroon Borhat e Pedro Conceição, eds. 2017. Nova Iorque, PNUD, Escritório Regional para África (RBA).**

Outras referências incluem:

- Alesina, A. e D. Rodrik.** 1994. Distributive politics and economic growth. *Quarterly Journal of Economics* 109(2), 465–90.
- Anyanwu, J.C., A.E.O. Erhijakpor e E. Obi.** 2016. Empirical analysis of the key drivers of income inequality in West Africa. *African Development Review* 28(1), 18-38.
- Banerjee, A. V. e F. Newman.** 1993. Occupational choice and the process of development. *Journal of Political Economy* 101(2), 274–98.
- Berardi, N. e F. Marzo.** 2015. The elasticity of poverty with respect to sectoral growth in Africa. *The Review of Income and Wealth*. <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/roiw.12.T203/abstract>
- Birdsall, N.** 2006. The World Is Not Flat: Inequality and Injustice in our Global Economy. Helsinki, United Nations University World Institute for Development Economics Research.
- Blattman, C., J.C. Jamison e M. Sheridan.** 2015. Experimental evidence from cognitive behavioral therapy in Liberia. [www.nber.org/papers/w21204](http://www.nber.org/papers/w21204)
- Bourguignon, F.** 2003. The growth elasticity of poverty reduction: explaining heterogeneity across countries and time periods. In T. Eicher e S. Turnovsky, eds. *Inequality and Growth. Theory and Policy Implications*. Cambridge, The MIT Press.
- Campante, F.R. e Q. Do.** 2006. Inequality, Redistribution and Population. Department of Economics. <http://web.stanford.edu/group/peg/Papers%20for%20call/april06%20papers/Campante.pdf>
- Casey, K., R. Glennerster e E. Miguel.** 2016. Healing the wounds: learning from Sierra Leone's postwar institutional reforms. In Sebastian Edwards, Simon Johnson e David N. Weil, eds. 2016. *African Successes, Vol. I: Government and Institutions*, pp. 15-32. University of Chicago Press. [www.nber.org/chapters/c13387](http://www.nber.org/chapters/c13387)
- Cornia G.A.** 2014. *Falling Inequality in Latin America: Policy Changes and Lessons*. Oxford, Oxford University Press.
- Cornia, G.A. e L. Deotti.** 2014. Millet prices, public policy and child malnutrition: the case of Niger in 2005. *Révue d'Economie du Développement*. No.1, pp. 5-36. (em francês)
- Deaton, A.S. e C.H. Paxson.** 1997. The effects of economic and population growth on national saving and inequality. *Demography* 34(1), 97-114.
- De la Croix, D. e M. Doepke.** 2002. Inequality and Growth: Why Differential Fertility Matters. <http://faculty.wcas.northwestern.edu/~mdo738/research/fertdif.pdf>
- FMI (Fundo Monetário Internacional).** 2014. Retribution, inequality and growth. IMF Staff Discussion Note, por Jonathan D. Ostry, Andrew Berg e Charalambos G. Tsangarides [www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2014/sdn1402.pdf](http://www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2014/sdn1402.pdf)
- \_\_\_\_\_. 2016. Growing apart, losing trust? The impact of inequality on social capital, by Eric D. Gould and Alexander Hijzen. Documento de trabalho do FMI
- Galor, O. e J. Zeira.** 1993. Income distribution and macroeconomics. *Review of Economic Studies* 60(1), 35–52.
- Gymah-Brempong, K.** 2002. Corruption, economic growth, and income inequality in Africa, *Economics and Governance* 3, 183-209.
- Hamilton, K., J.F. Helliwell e M. Woolcock.** 2016. Social capital, trust and well-being in the evaluation of wealth. Documento de trabalho NBER número 22556.
- Jenkins, S.P.** 2014. World income inequality databases: comparing WIID and SWIID. IZA Discussion Paper Series No. 8501. Institute for the Study of Labour, Munique.
- Lipton, M.** 2009. *Land Reform in Developing Countries: Property Rights and Property Wrongs*. Londres, Routledge.



- Ndikumana, L.** 2014. Capital flight and tax havens: impact on investment and growth in Africa. *Révue d'Economie du Développement*, 2014/2.
- Odusola, A.** 2017. Fiscal Space, Poverty and Inequality in Africa. *African Development Review* 29(S1), 1-14.
- Perotti, R.** 1996. Growth, income distribution, and democracy: What the data say. *Journal of Economic Growth* 1(2), 149–87.
- PNUD.** 2012. Africa Human Development Report 2012 – Toward a food secure future. Nova Iorque, Escritório Regional do PNUD para a África.
- \_\_\_\_\_. 2016. Africa Human Development Report 2016 – Accelerating Gender Equality and Women's Development in Africa. Nova Iorque, Escritório Regional do PNUD para a África.
- Rajan, R. G. e L. Zingales.** 2006. The persistence of underdevelopment: institutions, human capital, or constituencies? Documento de discussão CEPR 5867. Londres, Centre for Economic Policy Research.
- Sachs, J. D., J. W. McArthur, G. Schmidt-Traub, M. Kruk, C. Bahadur, M. Faye e G. McCord.** 2004. "Ending Africa's Power Trap." *Brookings Papers on Economic Activity*, 1, 117-240. [www.brookings.edu/wp-content/uploads/2004/01/2004a\\_bpea\\_sachs.pdf](http://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2004/01/2004a_bpea_sachs.pdf)
- Santos, P. e C.B. Barrett.** 2016. The Economics of Asset Accumulation and Poverty Traps, Christopher B. Barrett, Michael Carter and Jean-Paul Chavas, eds. Conferência realizada entre 28 e 29 de junho de 2016. University of Chicago Press. <http://basis.ucdavis.edu/wp-content/uploads/2016/01/NBER-tentative-program-1-13-16.pdf>
- Stewart, F.** 2011. Horizontal Inequalities as a Cause of Conflict. A Review of CRISE Findings. World Development Report 2011 Background Paper. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/9126>
- \_\_\_\_\_. 2014. Justice, Horizontal Inequality, and Policy in Multi-Ethnic Societies. In Cornia G.A. e F. Stewart, eds. *Towards Human Development: New Approaches to Macroeconomics and Inequality*. Oxford, Oxford University Press.
- Transparency International.** 2015. People and corruption: Africa Survey 2015. [www.transparency.org/whatwedo/publication/people\\_and\\_corruption\\_africa\\_survey\\_2015](http://www.transparency.org/whatwedo/publication/people_and_corruption_africa_survey_2015)
- United Nations Population Division.** 2015. World Population Prospects: Key Findings and Advanced Tables, 2015 Revision. Nova Iorque.
- Universidade das Nações Unidas-WIDER.** 2011. Documento de trabalho número 2011/01. Growth, inequality, and poverty reduction in developing countries: recent global evidence, por Augustin Kwasi Fosu. [www.wider.unu.edu/sites/default/files/wp2011-001.pdf](http://www.wider.unu.edu/sites/default/files/wp2011-001.pdf)
- Vanhanen, T.** 2014. FSD1289 Measures of Democracy 1810-2014. University of Tampere. [www.fsd.uta.fi/en/data/catalogue/FSD1289/meF1289e.html](http://www.fsd.uta.fi/en/data/catalogue/FSD1289/meF1289e.html)
- Voitchovsky, S.** 2011. Inequality and economic growth. In Brian Nolan, Wiemer Salveddra e Timothy Smeeding, eds. *The Oxford Handbook of Economic Inequality*. Oxford, Oxford University Press.

# Anexo 1 Índice do livro

<b>Prefácio</b>	
<b>Abdoulaye Mar Dieye</b>	iii
<b>Agradecimentos</b>	vi

## **PARTE I – Tendências da desigualdade e a sua interação com a pobreza e o crescimento 1**

### **1. Introdução, motivação e visão geral 3**

Giovanni Andrea Cornia, Ayodele Odusola, Haroon Bhorat e Pedro Conceição

1.1	Introdução e motivação	3
1.2	Desigualdade e progresso na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na África subsariana	5
1.3	Abordagens metodológicas	6
1.4	Resumo das principais conclusões	7
1.5	Questões que exigem mais atenção	18

### **2. Níveis de desigualdade, tendências e determinantes na África subsariana: uma visão geral das principais alterações desde o início da década de 1990 23**

Giovanni Andrea Cornia

2.1	Contexto, motivação e abordagem	23
2.2	Condições iniciais: desigualdade de rendimentos pós-independência	24
2.3	Tendências da desigualdade de rendimento/consumo de 1991/3 a 2011	30
2.4	Decompondo a desigualdade total em “entre setores” e “dentro de cada setor”	32
2.5	Alterações nas causas tradicionais da desigualdade de rendimentos de 1991 a 2011	33
2.6	Novos fatores que afetam a desigualdade: um melhor ambiente económico global	40
2.7	Alterações domésticas endógenas e de políticas	43
2.8	Conclusões	47

### **3. Vetores da desigualdade no contexto do nexa entre crescimento, pobreza e desigualdade em África: visão geral das questões-chave 53**

Haroon Bhorat e Karmen Naidoo

3.1	Introdução	53
3.2	Crescimento, pobreza e desigualdade: o contexto africano	54
3.3	Vetores macroeconómico da desigualdade: transformação estrutural e crescimento	60
3.4	Vetores da desigualdade em África: considerações institucionais e microeconómicas	64
3.5	Conclusões	71



<b>PARTE II – Desafios e questões nos setores-chave e o impacto sobre a desigualdade</b>	<b>75</b>
<b>4. Agricultura, pobreza rural e desigualdade de rendimentos na África subsariana</b>	<b>77</b>
Ayodele Odusola	
4.1 Introdução	77
4.2 O estado atual da agricultura africana	79
4.3 Agricultura, pobreza e desigualdade: uma visão geral das questões emergentes na literatura	85
4.4 Especificação do modelo e análise das conclusões empíricas	89
4.5 Lições para opções de políticas e conclusões	95
<b>5. Compreendendo os determinantes do mal-estar industrial africano</b>	<b>103</b>
Haroon Borhat, François Steenkamp e Christopher Rooney	
5.1 Introdução	103
5.2 Provas da transformação estrutural em África	104
5.3 Metodologia e descrição dos dados	117
5.4 Estimativa dos determinantes do desempenho industrial africano	119
5.5 Conclusões e recomendações de políticas	123
<b>6. A dependência de recursos e a desigualdade em África: impactos, consequências e possíveis soluções</b>	<b>129</b>
Haroon Borhat, Grieve Chelwa, Karmen Naidoo e Benjamin Stanwix	
6.1 Introdução	129
6.2 O surto dos extrativos e a desigualdade	130
6.3 Vetores da desigualdade em países dependentes de recursos naturais	134
6.4 Fluxos financeiros ilícitos como uma ameaça ao desenvolvimento em África	138
6.5 Eliminação do elo entre extrativos e desigualdade	143
6.6 Conclusões	148
<b>7. Política fiscal, redistribuição e desigualdade em África</b>	<b>155</b>
Ayodele Odusola	
7.1 Introdução	155
7.2 Desigualdade em África no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	156
7.3 Visão geral das políticas fiscais e distribuições em África	162

## Anexo 1 Índice do livro

7.4	Eficácia distributiva da política fiscal em África	167
7.5	Análise do elo entre política fiscal, distribuição e desigualdade	168
7.6	Conclusões	175
<b>8.</b>	<b>Proteção social e desigualdade em África: explorando as interações</b>	<b>179</b>
	Haroon Borhat, Aalia Cassim, Arabo Ewinyu e François Steenkamp	
8.1	Introdução	179
8.2	Gastos em proteção social	180
8.3	Determinantes da proteção social	186
8.4	Análise empírica	189
8.5	Conclusões	197
<b>9.</b>	<b>Desigualdade dos rendimentos e crescimento populacional em África</b>	<b>203</b>
	Ayodele Odusola, Frederick Mugisha, Yemesrach Workie e Wilmot Reeves	
9.1	Introdução	203
9.2	Visão geral e tendências demográficas em África	204
9.3	Ligação entre as variáveis populacionais e a desigualdade: uma visão geral da literatura	207
9.4	Metodologias, dados e fontes de dados	209
9.5	Provas empíricas	210
9.6	Implicações políticas e conclusões	213
<b>10.</b>	<b>Desigualdades e conflitos em África: uma investigação empírica</b>	<b>221</b>
	Ayodele Odusola, Amarakoon Bandara, Rogers Dhliwayo e Becaye Diarra	
10.1	Introdução	221
10.2	Visão geral e tendências da desigualdade de rendimentos e conflitos em África	222
10.3	Ligações teóricas e revisão da literatura	228
10.4	Especificações do modelo e resultados empíricos	233
10.5	Implicações políticas e conclusões	239
<b>11.</b>	<b>Desigualdade, género e desenvolvimento humano em África</b>	<b>244</b>
	Shantanu Mukherjee, Angela Lusigi, Eunice Kamwendo e Astra Bonini	
11.1	Introdução	245
11.2	Ligações e vetores da desigualdade em termos de rendimentos e de desenvolvimento humano	246

11.3	Medindo a desigualdade no desenvolvimento humano	250
11.4	Explorando as tendências do desenvolvimento humano e da desigualdade de rendimentos	254
11.5	Resposta política para reduzir a desigualdade do desenvolvimento humano e para concretizar a Agenda de 2063 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	262

---

### **PARTE III – Estudos de caso nacionais** **269**

#### **12. A dinâmica da desigualdade de rendimentos numa economia dualista: Maláui entre 1990 e 2011** **270**

Giovanni Andrea Cornia e Bruno Martorano

12.1	Contexto	271
12.2	As origens coloniais da desigualdade de rendimentos e a sua evolução ao longo do tempo	272
12.3	Independência e a adoção de um modelo de desenvolvimento liderado pela agricultura	275
12.4	Crescimento populacional	279
12.5	Testando a “hipótese de subaproveitamento da transição estrutural” por meio de microdecomposições	281
12.6	Impacto das políticas económicas na desigualdade	284
12.7	Resumo	289

#### **13. Desigualdade e crescimento num modelo de desenvolvimento liderado pela agricultura: o caso da Etiópia entre 1995 e 2011** **295**

Giovanni Andrea Cornia e Bruno Martorano

13.1	Contexto, motivação e objetivos do estudo	295
13.2	Tendências da desigualdade do consumo per capita	296
13.3	Instituições e políticas rurais e o seu impacto sobre o crescimento e a desigualdade	298
13.4	Alterações nos determinantes da desigualdade	301
13.5	Resumo, conclusões de políticas e sugestões para novas investigações	313

#### **14. Vetores da desigualdade de rendimentos no Burquina Faso, no Gana e na Tanzânia: uma análise comparativa** **317**

Ayodele Odusola, Radhika Lal, Rogers Dhlwayo, Isiyaka Sabo e James Neuhaus

14.1	Introdução	317
14.2	Visão geral e dimensões espaciais das desigualdades no Burquina Faso, no Gana e na Tanzânia	318
14.3	Vetores da desigualdade no Burquina Faso, no Gana e na Tanzânia: uma análise bivariada	323
14.4	Lições emergentes e conclusões	335

## Anexo 1 Índice do livro

---

### **PARTE IV – Medição e investigação econométrica dos determinantes da desigualdade na África subsariana** **343**

#### **15. Construindo um conjunto de dados integrados sobre a desigualdade e os “sete pecados” da medição da desigualdade na África subsariana** **345**

Giovanni Andrea Cornia e Bruno Martorano

15.1	Introdução	345
15.2	Construindo um conjunto de dados estatísticos sintéticos sobre a desigualdade	347
15.3	Limitações do IID-SSA e os “sete pecados” da medição da desigualdade na África subsariana	350
15.4	Conclusões	363

#### **16. Uma investigação econométrica das causas da bifurcação das tendências da desigualdade dentro de cada país da África subsariana de 1991 a 2011** **369**

Giovanni Andrea Cornia

16.1	Introdução	369
16.2	Quadro teórico e fatores que afetam a desigualdade do consumo na África subsariana	371
16.3	Conjunto de dados, descrição de variáveis e estratégia de estimação	383
16.4	Conclusões, recomendações políticas e âmbito para novas investigações	387

---

### **PARTE V – Considerações políticas e conclusões** **397**

#### **17. Conclusões e recomendações de políticas** **399**

Giovanni Andrea Cornia, Ayodele Odusola, Haroon Bhorat e Pedro Conceição

17.1	Introdução	399
17.2	Modificar o “padrão de crescimento” regional de 1999 a 2015	400
17.3	Enfrentar o problema da população	408
17.4	Desenvolvimento humano como fonte de crescimento e de equalização das oportunidades e dos rendimentos	412
17.5	Expandindo a assistência ou proteção social como indutores da igualdade	413
17.6	Reduzir a desigualdade para acelerar a realização dos ODS nos países pobres	413
17.7	Quadro macroeconômico de apoio	414
17.8	Promover a estabilidade política, a democracia e a uma governação mais eficaz	415
17.9	Aperfeiçoar a recolha de dados para a formulação de políticas destinadas a reduzir a desigualdade	416

	<b>Glossário</b>	<b>419</b>
--	------------------	------------

	<b>Listas de figuras, tabelas, caixas, infográficos e anexos</b>	<b>427</b>
--	--	------------

## Anexo 2 Siglas e abreviações

FMI	Fundo Monetário Internacional
GII	Índice de desigualdade de género
HBS	Inquérito sobre o orçamento familiar
HDI	Índice de desenvolvimento humano
IED	Investimento estrangeiro direto
IID-SSA	Conjunto de dados integrados sobre a desigualdade para a África subsariana
MICS	Inquéritos de indicadores múltiplos
MICs	Países de rendimento médio
MPI	Índice de pobreza multidimensional
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico
ODA	Assistência global ao desenvolvimento
ODM	Objetivo de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PIB	Produto interno bruto
PIB/c	Produto interno bruto <i>per capita</i>
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Paridade do poder de compra
RNB	Rendimento nacional bruto
SIGI	Índice de género e das instituições sociais da OCDE
SPL	Proteção social e laboral
SSA	África subsariana
SWIID	Base de dados padronizados sobre a desigualdade de rendimentos mundial
TFR	Taxa total de fertilidade
UN-WIDER	Instituto Mundial de Pesquisas de Desenvolvimento Económico da Universidade das Nações Unidas
WIID	Conjunto de dados mundiais sobre a desigualdade

 **OBJETIVOS** DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL







Empoderando vidas.  
Fortalecendo nações.

Escritório Regional do Programa das  
Nações Unidas para o Desenvolvimento para a África,  
One United Nations Plaza,  
Nova Iorque, NY, 10017

[africa.undp.org](http://africa.undp.org)

Nos primeiros 15 anos do século XXI, a África subsariana registou um notável desempenho económico, que reverteu o declínio dos 15 anos anteriores. Essa conquista foi acompanhada por um declínio perceptível, modesto, mas desigual da pobreza agregada, conduzido pela variação dos níveis e das tendências da desigualdade entre os países africanos. Este livro, que é o resultado de um estudo abrangente sobre a desigualdade dos rendimentos na África subsariana, fornece uma documentação completa sobre os níveis e as tendências da desigualdade na região, a fim de melhor compreender a lenta e variável taxa de redução da pobreza. O livro propõe hipóteses para explicar essa experiência e destaca importantes lições que podem servir para acelerar a redução das disparidades dos rendimentos.

O livro propõe uma trajetória de igualdade baseada em quatro pilares: promover um padrão de crescimento inclusivo, por exemplo, por meio do aumento da produtividade no setor informal, da diversificação da economia, da reindustrialização, da modernização da agricultura e do aumento dos seus rendimentos, que é central para reduzir as disparidades de rendimentos; resolver a pressão populacional (promover políticas populacionais de qualidade, aumentar o poder de a imigração reduzir a desigualdade e tornar a urbanização inclusiva), que é fundamental; acelerar o desenvolvimento humano, incluindo o investimento numa educação de qualidade, o aumento do acesso a serviços básicos de saúde e o investimento em meninas, jovens e mulheres; e, por último, institucionalizar um ambiente macroeconómico de apoio, especialmente por meio das seguintes estratégias: distribuir os bens nacionais de forma justa, promover um sistema fiscal progressivo, evitar a “maldição dos recursos naturais”, institucionalizar uma governação mais eficaz e aperfeiçoar a recolha e a gestão dos dados.

As citações abaixo de líderes africanos e das Nações Unidas destacam o valor deste livro.

*“Enquanto a pobreza, a injustiça e a desigualdade bruta persistirem no nosso mundo, nenhum de nós poderá realmente descansar... Devemos trabalhar juntos para assegurar a distribuição equitativa da riqueza, das oportunidades e do poder na nossa sociedade.”* – Nelson Mandela, ex-presidente da África do Sul

*“Ainda há enormes disparidades entre os países e dentro deles. Nos países, o nível de pobreza rural continua a ser absurdamente elevado, enquanto a pobreza urbana é extensiva, crescente e inadequadamente registada pelos indicadores tradicionais... A desigualdade pode ser superada. Os gastos públicos numa educação de qualidade e em cuidados de saúde reduzem a desigualdade.”* – Uhuru Kenyatta, presidente do Quênia

*“A ausência de instituições viáveis, a falta de diversidade nas economias, a falta de instituições políticas maduras e a falta de equidade em muitas das sociedades que estão a gerir os seus recursos naturais são todos fatores que geram desigualdades sociais e que, por sua vez, levam ao declínio e podem levar ao colapso da ordem social.”* – Ellen Johnson-Sirleaf, presidente da Libéria

*“Combater a pobreza e as desigualdades sociais também significa garantir a solidariedade nacional para apoiar aqueles entre nós que são os mais necessitados e para melhorar o acesso aos cuidados de saúde para todos.”* – Macky Sall, presidente do Senegal

*“A globalização e o progresso tecnológico resultaram num extraordinário crescimento económico e criaram condições inigualáveis para a redução da pobreza extrema e para a melhoria generalizada da qualidade de vida. No entanto, a sua natureza desequilibrada levou a uma elevada concentração de rendimentos e à desigualdade extrema, e fez com que a exclusão fosse ainda mais intolerável.”* – António Guterres, secretário-geral da Nações Unidas

*“É fundamental que, em todo o mundo, nos concentremos primeiro naqueles que ficaram mais para trás, pois em todas as regiões, a crescente onda de otimismo e capacitação ainda não atingiu todos.”* – Amina Mohammed, secretária – geral adjunta das Nações Unidas

*“Quando as mulheres são capazes de viver num ambiente seguro, elas podem participar efetivamente na economia e na sociedade. Isso ajuda a superar a pobreza e a reduzir as desigualdades, bem como beneficia a nutrição, a saúde e a frequência escolar das crianças. Todas as mulheres e meninas têm o direito de viver em segurança na sua casa e na sua comunidade.”* – Helen Clark, ex-administradora do PNUD

*“Duas décadas de subinvestimento na agricultura, o aumento da competição por terras e água, a subida dos preços de combustível e fertilizantes e a mudança climática significam que os pequenos produtores são hoje menos capazes de escapar à pobreza.”* – Achim Steiner, administrador do PNUD

*“Apesar do notável crescimento económico testemunhado em África, a eficácia desse crescimento na redução da pobreza no continente tem sido historicamente baixa, pois a distribuição inicial dos rendimentos exerce um papel fundamental sobre o impacto do crescimento relativamente à redução da pobreza. O crescimento lento da produtividade no setor rural – onde a maioria da mão-de-obra da região ainda trabalha – é um fator-chave da falta de diversificação do impacto limitado do crescimento sobre a pobreza.”* – Tegegnework Gettu, administrador associado do PNUD

*“A desigualdade extrema é prejudicial ao crescimento e ao desenvolvimento, assim como à paz e à segurança. Para alcançar a Agenda de 2063, governos, atores do setor privado, organizações da sociedade civil e parceiros de desenvolvimento devem concentrar-se imediatamente na redução da pobreza e das disparidades de rendimentos de maneira simultânea.”* – Abdoulaye Mar Dieye, administrador adjunto e diretor regional do Escritório Regional do PNUD para a África

*“A desigualdade é a questão definidora do nosso tempo. Quando as pessoas são tratadas de forma desigual em termos dos seus direitos, competências e oportunidades, os direitos humanos são violados, o desenvolvimento humano é atrofiado e as potencialidades humanas são prejudicadas. Em última análise, a igualdade é uma questão de justiça social!”* – Selim Jahan, diretor, Escritório dos Relatórios de Desenvolvimento do PNUD